

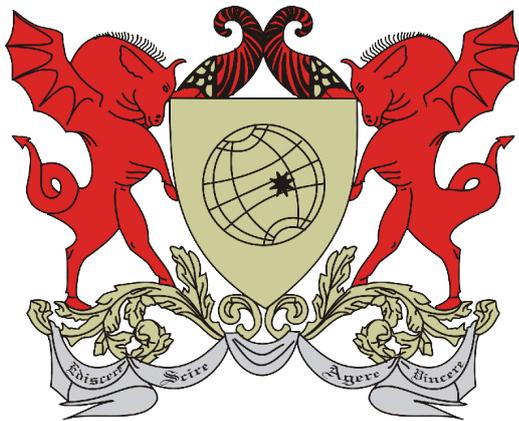
HISTÓRIA DA ÁFRICA

Thiago Henrique Mota



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva

cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Thalita Fernandes

Capa: Diogo Rodrigues

Coordenador editorial: João Batista Mota



APRESENTAÇÃO

Prezado estudante, neste período, realizaremos estudos sobre a História da África.

Você deve estar se perguntando: qual história? Qual África?

Realmente, o continente africano é enorme, recortado por vários povos com culturas, economias, sociedades, políticas e histórias próprias. Além disso, como nos ensina Marc Bloch, o homem produz história desde seu surgimento e, como o *homo sapiens* surgiu no continente africano, a História da África tem uma cronologia gigantesca. Tanta extensão geográfica e cronológica, certamente, nos impossibilita de contemplar a história de todas as Áfricas neste curso de 60 horas.

Para sistematizar nosso estudo, elegemos recortes temporais, espaciais e temáticos. Portanto, analisaremos alguns aspectos culturais e formas de organização social e política das sociedades africanas das regiões ocidental e central, no período pré-colonial (séculos XVI-XIX). Concentraremos nossa atenção na região ocupada, hoje, por países como Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Guiné Bissau, na África Ocidental, e naquela onde se encontram Angola e Congo, na África Central. Destacamos que essas áreas foram selecionadas por serem os espaços que mais se comunicam com o Brasil, uma vez que a maior parte dos africanos escravizados trazidos para a América, ao longo dos séculos XVI e XIX, veio daí.

Para que você tenha uma compreensão mais completa dos temas tratados, é essencial ter sempre em mãos um mapa físico e hidrográfico do continente africano. Em vários momentos, compreender a localização de povos e perceber a dimensão geográfica dos eventos exigirá localizar rios, montes, planaltos e planícies. Busque auxílio em Atlas e faça uso de sites específicos, como o Google Maps, para se localizar!

Nas páginas seguintes, você encontrará um material de apoio às aulas e às leituras obrigatórias e recomendadas ao longo do curso. Trata-se de notas acerca dos textos discutidos, que visam a auxiliar o entendimento dos principais conceitos, temas e problemas tratados pelos autores. Lembre-se de que, aqui, apresentamos apenas uma coletânea de informações para consultas rápidas, que não substituirá, em hipótese alguma, a leitura da bibliografia do curso.

Este material de apoio irá auxiliá-lo em seu aprendizado e acompanhá-lo no entendimento das questões propostas nas aulas e na análise da bibliografia do curso. Portanto, para que contemplemos nossos objetivos, é preciso que você leia os textos, assista às aulas e busque outras referências em livros e revistas. Muitos periódicos acadêmicos são encontrados na internet e têm fácil acesso, deixando a informação e o conhecimento acessíveis a todos. Aproveite este recurso!

O texto, a seguir, está dividido em oito capítulos, sendo que cada um corresponde a uma aula: o capítulo 1 à primeira aula; o capítulo 2 à segunda aula, e assim sucessivamente. Cada um deles é formado por uma breve análise das leituras bibliográficas referentes a cada uma das aulas e por um texto complementar, com temática contemporânea relacionada ao tema estudado. No final, há uma seção com dicas de filmes e literatura sobre os temas estudados. Esperamos que, assim, você consiga relacionar o conhecimento produzido ao longo do curso com questões do mundo contemporâneo, obtendo um aprendizado efetivo!

Passemos à primeira aula.

Bons estudos!



Figura 1: Uma das divisões do continente africano em sub-regiões



Figura 2: Organização política do continente africano. A última modificação em fronteiras neste continente foi em julho de 2011, quando o Sudão dividiu-se em Sudão e Sudão do Sul.



SUMÁRIO

- 7 A ESCRITA DA HISTÓRIA AFRICANA**
- 15 ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA**
- 23 O ISLAMISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL: AGENTES E ESTRATÉGIAS**
- 28 SOCIEDADES EM CONTATO: TRANSFORMAÇÕES NA ÁFRICA OCIDENTAL**
- 38 SOCIEDADES EM CONTATO: TRANSFORMAÇÕES NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL**
- 46 COMÉRCIO E POLÍTICA ENTRE ÁFRICA E EUROPA**
- 53 A PRESENÇA BRITÂNICA NO OESTE AFRICANO OITOCENTISTA**
- 59 O IMPERIALISMO, A “PARTILHA” DA ÁFRICA E A PERSPECTIVA AFRICANA**
- 66 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 67 SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO**
- 71 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A escrita da história africana

Texto de referência:

BARBOSA, Muryatan Santana. *Eurocentrismo, História e História da África*. In.: Sankofa – Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana. n1. Jun/2008

O que significa dizer que a História, como disciplina acadêmica, é dividida em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea? Quais as referências desses grandes marcadores cronológicos?

Notemos que a **Antiguidade Clássica** cobre o período entre aproximadamente o século VII a. C. e a invasão do Império Romano pelos povos bárbaros, aproximadamente no século V d. C.; o **Medieval** diz respeito ao período compreendido entre o século V e a queda do Império Romano do Oriente (1453) ou à chegada dos europeus à América (1492). O período **Moderno** data da chegada à América à Revolução Francesa (1789); e o **Contemporâneo** se estende da Revolução Francesa aos nossos dias.

Refleta: o que todas essas datas têm em comum?

Elas foram construídas sobre uma mesma referência espaço-cultural: trata-se da representação da Europa como agente histórico por excelência, marcador fundamental da história da humanidade. Entretanto, o que esses marcos informam a respeito de civilizações americanas, africanas e asiáticas anteriores às grandes navegações europeias? O que significam para a história do Império da China, do Mali ou dos Incas? Eles não dizem nada.

Ao negarem-se a compreender esses povos dentro dos limites da História, os intelectuais europeus do século XIX (que cunharam a divisão do tempo nas quatro eras, precedidas pela Pré-História) definiram que eles não tinham história.

O artigo elaborado pelo historiador, mestre em Sociologia e doutor em História pela Universidade de São Paulo, Muryatan Santana Barbosa, aborda questões relacionadas à concepção eurocêntrica da História e à definição da História da África como campo acadêmico de estudos e pesquisas. Este campo desenvolveu-se na segunda metade do século XX, no período posterior às Grandes Guerras Mundiais, e ganhou força com as emancipações políticas dos estados africanos, que percebiam, na História, um importante instrumento de afirmação política e ideológica, diante das ex-metrópoles e dos demais estados. Para compreender essas questões, analisemos o pensamento do autor.

Barbosa inicia seu texto analisando o conceito de **eurocentrismo**: segundo o autor, a maioria dos pesquisadores que tratam do fenômeno etnocêntrico europeu o concebe como um **etnocentrismo singular**, portador de um discurso, ideologia ou paradigma.



Como discurso, o eurocentrismo é analisado em suas manifestações no senso comum: como as pessoas e os meios de comunicação de massa aceitam e defendem a ideia da superioridade europeia diante de outros povos.

Em seu aspecto ideológico, o conceito é aplicado como expressão da dominação objetiva dos europeus: o eurocentrismo justifica a dominação imperialista dos povos da Europa sobre africanos, americanos e asiáticos, defendendo que a missão deles, o fardo do homem branco, é conduzi-los à civilização. Este aspecto prega que, sem a interferência europeia, os povos dos demais continentes nunca alcançariam um “estágio superior de cultura” - aquele vivido na Europa.

Como paradigma, apresenta uma estrutura mental capaz de se reproduzir, conscientemente ou não, na classificação do mundo. Assim, essas ideias passam a ser concebidas como verdades e aceitas por todos, inclusive por aqueles que a elas estão submetidos. Trata-se da afirmação provinciana da superioridade europeia através de seu modo de vida e do desenvolvimento europeu ocidental e sua aceitação sem contestação.

Entendendo os sentidos atribuídos ao conceito de **eurocentrismo**, Barbosa chama a atenção para sua presença nos textos que fundaram a historiografia moderna no Iluminismo e no século XIX. Apesar de suas diferenças, Voltaire, Vico, Hegel, Marx e Engels envolveram narrativas evolucionistas, a partir da Filosofia, na construção de suas teorias da história. Nessas teorias, o progresso das sociedades humanas era visto por meio da assimilação à história europeia ocidental: tanto o espírito hegeliano quanto o modo de produção marxista encontravam na Europa seu ponto máximo, fruto de um processo histórico evolutivo, na concepção destes autores.

Teorias sociais do século XIX, como o evolucionismo e o positivismo, foram expoentes do provincianismo europeu, autodeclarado como universalista. Essas teorias concebiam a sociedade como um organismo em evolução. **Edward Tylor**, por exemplo, acreditava que a cultura humana passava por fases evolutivas e o ápice era a sociedade e a cultura europeias.

Baseando-se em estudos sobre evolução biológica, Edward Tylor acreditava que a cultura também passasse por processos evolutivos, progredindo do estágio primitivo para o estágio moderno e avançado. Assim, as culturas que não se enquadrassem na definição de modernas (tecnológicas, “civilizadas”) eram classificadas em momentos inferiores da evolução cultural.

(**Edward Burnett Tylor** : antropólogo inglês, considerado um dos fundadores da antropologia cultural)

A crença na superioridade europeia marcava-se em vários aspectos, como o econômico-social (a sociedade urbana e industrializada), cultural (os modos e valores europeus), religioso (a civilização judaico-cristã) e racial (o homem branco caucasiano). Esses sinais diacríticos (sinais que indicam o pertencimento de um indivíduo a determinado grupo) foram acionados para opor a sociedade histórica europeia àquelas em que não se encontravam vestígios desses costumes, atos e instituições, os chamados a-históricos.

Desta visão eurocêntrica do mundo, nasceu a História como disciplina acadêmica, atrelada à formação das nacionalidades na Europa - portanto, a História era história nacional, de um povo - e ao desenvolvimento das ciências humanas como subsidiárias desse processo.



Como exemplo do eurocentrismo na formação da História como campo de estudos, citamos as palavras do filósofo **Georg Wilhelm Friedrich Hegel**. Em sua Filosofia da História Natural, ele disserta acerca das contribuições e papéis das civilizações do Velho Mundo para o desenvolvimento do fluxo histórico. Assim, as sociedades orientais, como a chinesa e a indiana, teriam sua contribuição na história da civilização. Entretanto, o expoente desta história seria a Europa. O continente africano, por sua vez, seria dividido em três instâncias: o **Norte**, ligado à dinâmica mediterrânea, o grande deserto do **Saara** e o **Sul**, onde vivem os povos negros, ou seja,

A África propriamente dita [que] é a parte característica desse continente. Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo a parte, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização (HEGEL, apud HERNANDEZ: 2005, p.20).

A constatação de Hegel parece óbvia. Para o filósofo, a África não tem História e em nada contribuiu para o desenvolvimento da civilização. Durante muito tempo, o continente foi renegado à condição de domicílio de homens selvagens, sem desenvolvimento, aptos a serem tutelados por nações europeias e conduzidos às luzes do progresso. Em verdade, seria essa a justificativa moral do imperialismo oitocentista europeu, ocupado em coletar exemplares da fauna, flora, objetos de arte e de uso cotidiano, além de indivíduos, e expô-los à *high society* dos principais centros europeus, como Londres e Paris.

Contudo, na segunda metade do século XX, essas concepções estavam em crise. Ao discutir a historiografia contemporânea do período e a História da África, Muryatan Barbosa aponta questões de duas naturezas atuantes em sua formação: uma acadêmica, decorrente das novas reflexões, metodologias e teorias emergentes nas Ciências Humanas e Sociais; outra extra-acadêmica, política, advinda dos processos vivenciados pelo Ocidente ao longo da primeira metade (e início da segunda) do século XX.

Da perspectiva acadêmica, cabe destacar um importante vínculo com as teorias e filosofias desenvolvidas ao longo do século XIX, destacadamente com o historicismo herderiano. Barbosa explica que:

Aqui se definirá o historismo [ou historicismo] como a herança crítica interpretativa baseada na premissa de que os fatores de compreensão de uma sociedade – assim como de um povo, cultura, etc. – deveriam ser entendidos a partir dos seus fatores internos, e não externos (BARBOSA: 2008, p.49).

É importante perceber a dimensão interna da história de um povo, compreendida pelo filósofo alemão Herder, no século XVIII, uma vez que ela será adotada pela historiografia interessada em produzir uma História para a África. Entretanto, essa nova historiografia também beberá em outras fontes.

Os estudos da história da África encontraram respaldo teórico na Escola dos *Annales*, que rompeu com o modelo tradicional de história, positivista, centrada na cronologia, no mito dos grandes homens e na história dos Estados. As perspectivas interdisciplinar, totalizante e problematizada foram fundamentais à historiografia interessada na África.

Dentre as questões extra-acadêmicas, Barbosa destaca dois processos ocorridos ao longo do século XX:

- **As duas guerras mundiais;**
- **A independência política dos estados africanos.**



A catástrofe das guerras colocou em dúvida o modelo de progresso - quase nunca questionado - oferecido pela Europa. O fracasso dos valores morais, religiosos, culturais e sociais ocidentais levou os homens a refletirem sobre o papel civilizatório autoatribuído ao Ocidente. Dessa crítica, ocorreram grandes transformações nas Ciências Humanas, surgindo uma História e uma Antropologia renovadas, mais abertas às demais sociedades e menos hierarquizantes.

Assim, destacamos as palavras de Muryatan Barbosa, ao afirmar que:

Enquanto expressão da historiografia contemporânea, do Pós-Guerra, a História da África é resultante destes dois fatores: (a) a renovação das Ciências Sociais, em particular, na historiografia; (b) o crescente relativismo europeu diante de seus próprios valores (BARBOSA: 2008, 50).

Nos campos acadêmico e editorial, esses avanços possibilitaram o surgimento de importantes publicações devotadas aos estudos africanos. No cenário acadêmico inglês, foi criado o **Journal of African History**, em 1960. No mundo francófono, em 1966, o **Bulletin de l'Institut Fondamental de l'Afrique Noire** foi remodelado. Além desses, uma nova bibliografia sobre a história da África foi disponibilizada ao grande público, resultante de trabalhos de pesquisadores, como Basil Davidson, Robert Corvenier, R. Olivier e J. Fage, dentre outros.

O *Journal of African History* é uma publicação da Universidade de Cambridge. Lançado em 1960, o periódico aborda temas sobre as sociedades africanas, desde a Idade da Pedra aos dias atuais.

O *Bulletin de l'Institut Fondamental de l'Afrique Noire* (IFAN) é uma publicação deste instituto. Criado durante a ocupação francesa no oeste africano (sob o nome l'Institut Français de l'Afrique Noire), o instituto foi integrado à Universidade de Dacar, no Senegal, após a independência desta nação africana, em 1963. Em 1966, foi lançado o Bulletin, uma publicação de referência para estudos da África subsaariana.

Além desses, publicações como o periódico *Présence Africaine*, editado em Paris, e os livros *Os Condenados da terra* (1961), de Franz Fanon, e *Retrato do Colonizador* precedido pelo retrato do colonizado (1957), de Albert Memmi, contribuíram para a visualização, no cenário internacional, dos dilemas africanos e a formação de uma nova intelectualidade, engajada na luta contra o colonialismo e a favor da emancipação dos povos africanos e afrodescendentes, unidos aos primeiros pelo elo diaspórico.



Na própria África, a década de 1950 viu nascer uma historiografia nova, produzida por historiadores africanos. Inicialmente, essa produção estava engajada com o projeto político de libertação dos estados africanos, sob o jugo do colonialismo europeu. Nesse contexto, a História teria uma utilidade bem prática, uma vez que a disciplina era acionada como instrumento de luta ideológica e política, como o colonialismo europeu: escrever uma história para a África era legitimar as conquistas e lutas dos povos africanos, que se reconheciam como soberanos e autodeterminados.

Um expoente dessa geração de historiadores foi o senegalês **Cheik Anta Diop**. Um de seus trabalhos mais famosos é *As Origens africanas da civilização*, no qual o autor retoma a tese de que o Egito fora uma civilização negroide, berço do mundo helênico e das culturas mediterrânicas. O argumento do autor, portanto, não busca superar o eurocentrismo expresso nas produções intelectuais europeias. Antes, conforme crítica proferida por Jan Vansina, Anta Diop esforça-se para atribuir à África os traços essenciais e primevos das culturas ocidentais, por meio da retomada do Egito como civilização negra. Assim, o eurocentrismo,



na tese do historiador senegalês, é tomado às avessas, e não rompido em sua perspectiva ideologizante.

Anta Diop também é conhecido como o criador do **Afro-centrismo**. Sua tese acerca da forma negra do Egito é complementada pelo princípio da unidade cultural africana. O autor acredita que, em última instância, todos os povos africanos têm a mesma origem egípcia, cujas características primordiais seriam “estrutura matriarcal, a expressão dionisiaca da vida, o idealismo religioso, o coletivismo e o otimismo” (BARBOSA: 2008, p. 51).

Outros autores africanos também se inseriram no debate acerca da história dos povos de seu continente, trazendo contribuições teóricas e metodológicas. Abdoulaye Ly, em *Campanhas do Senegal*, busca historicizar os povos africanos, tomando-os como agentes dos processos históricos, em detrimento de objetos de um devir ou enclausurados em condição a-histórica. Já Djibril Tamsir Niane, ao apresentar *Sundjata ou o épico mandinga*, traz à tona a importância da oralidade como fonte fundamental à produção historiográfica africana descolonizada.

! O engajamento político das lideranças intelectuais, envolvidas na tarefa de “administrar o Estado e fazer a nação” foi um fator de peso para a incipiência da historiografia africana nas décadas de luta pela independência e início dos novos regimes políticos. A ocupação de cargos no Estado impossibilitou esses homens de levarem adiante os projetos intelectuais e acadêmicos, que ficaram em segundo plano.

Dessa forma, Barbosa destaca a permanência da herança historiográfica europeia nas jovens academias africanas, decorrentes, sobretudo, da ida de professores ingleses, franceses e estadunidenses às universidades africanas para formarem novos historiadores.

Concomitantemente a esse processo, os estudos africanos também se desenvolveram fora da África. A aproximação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e as lideranças anticolonialistas africanas criou condições para que muitos estudantes africanos obtivessem diplomas em universidades soviéticas, impulsionando a criação de disciplinas ligadas a temas africanos. Já nos Estados Unidos (EUA), o **Movimento pelos Direitos Civis** mobilizou parcela significativa da sociedade, lutando pela igualdade civil entre brancos e negros e expandindo as possibilidades de formação de pesquisadores empenhados em realizar estudos sobre temáticas africanas.

O Movimento pelos Direitos Civis dos Negros dos Estados Unidos foi uma mobilização da comunidade afro-americana estadunidense em busca de igualdade civil. Nas décadas de 1950 e 1960, Malcolm X e Martin Luther King foram grandes lideranças do movimento. A postura pacifista de Luther King foi reconhecida com o Prêmio Nobel da Paz, em 1964, mesmo ano em que a Lei dos Direitos Civis foi aprovada. Em 1965, os negros conquistaram a Lei dos Direitos ao Voto.

Cabe destacar que, embora as práticas de pesquisa ensinadas nas universidades tivessem ligação direta com as premissas europeias e estadunidenses, as novas gerações de historiadores africanos dedicaram-se ao projeto de escrever a “verdadeira” história da África, ou seja, uma história amparada por questões internas, que explicassem as identidades africanas pelo viés dos próprios africanos.

É flagrante notar que os movimentos das independências africanas foram grandes motivadores da expansão dos estudos sobre África pelo mundo.



No Brasil, os estudos sobre História e Cultura africana e afro-brasileira foram determinados, legalmente, pela Lei 10.639, em 2003. Veja: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm



Muryatan Barbosa destaca que, entre o final da década de 1960 e início da de 1970, duas correntes de estudos africanos se desenvolveram: uma era marcada pela perspectiva estrutural de longo prazo, objetivando a elaboração de narrativas sobre a história geral da África; a outra se definia pela seleção de objetos de estudos cronologicamente definidos entre o século XV e XX, tratando de temas como tráfico escravista, colonialismo e descolonização.

A primeira corrente, cujo foco totalizante é marcado pela cronologia extensa e dimensão estrutural dos eventos, é concebida pelo autor como História Antiga da África, estendendo-se do surgimento do *homo sapiens* ao século V d. C. Esta corrente faz largo uso das ciências naturais (exatas e biológicas) como auxiliares na compreensão dos processos históricos. A arqueologia contribui significativamente por meio de métodos de datação. Já análises demográficas, geomorfológicas, climatológicas e suas implicações sociais são possíveis com o auxílio das ciências exatas.

A segunda corrente, por sua vez, é concebida pelo autor como Moderna e Contemporânea, estendendo-se do século V ao XXI. Nesta, linguística e antropologia foram ciências fundamentais à compreensão ampliada dos processos históricos. A ênfase na perspectiva interna marca, definitivamente, o papel ativo dos africanos como sujeitos históricos, sobretudo na ação política. É preciso destacar também o uso da oralidade e da utilização cruzada de fontes, que tem se mostrado uma premissa metodológica eficaz no ataque ao eurocentrismo.

Síntese desses dois grandes grupos é a coleção *História Geral da África*, publicada pela Unesco, em 1980, na qual muitos dos mais renomados historiadores sobre a África expuseram seus estudos. Todo esse processo culminou, nas décadas de 1980 e 1990, na consolidação disciplinar da História da África.



A coleção *História Geral da África* é uma publicação da UNESCO e está disponível para download:

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/

Caminhando para a conclusão de seu artigo, Muryatan Barbosa afirma que a crítica ao eurocentrismo ainda é questão central nas discussões acerca da História Africana. Contudo, os sintomas da crise moral vivida pelos novos Estados africanos também se apresentam no campo historiográfico, levando a diferentes reflexões por parte da intelectualidade africana contemporânea.



Nesse sentido, a crítica ao eurocentrismo também tem validade como autocrítica, uma vez que a atual geração compreende os males africanos como decorrentes da fragilidade das elites locais, débeis na gestão política e social que delas se esperava, em detrimento de atacar o tráfico escravagista, o período colonial ou o Imperialismo como responsáveis por todas as mazelas vivenciadas pelas populações daquele continente.

Barbosa finaliza sua discussão argumentando que, apesar da renovação teórica e metodológica sofrida pela academia, a superação do eurocentrismo na agenda dos estudos históricos ainda é uma situação que não se apresenta no horizonte intelectual. É preciso que percebamos, nas palavras do autor, a vinculação direta entre produção de conhecimento e poder político, uma vez que os avanços acadêmicos somente atingem a sociedade se houver disposição política para tanto. E isso significaria compartilhar o poder exercido pelos centros econômicos hegemônicos com os povos das periferias do sistema capitalista. Concessão que não será dada: precisa ser conquistada.



Leitura Complementar

Texto 01:

História Geral da África

Em 1964, a Unesco dava início a uma tarefa sem precedentes: contar a história da África a partir da perspectiva dos próprios africanos. Mostrar ao mundo, por exemplo, que diversas técnicas e tecnologias hoje utilizadas são originárias do continente, bem como provar que a região era constituída por sociedades organizadas, e não por tribos, como se costumava pensar.

Quase 30 anos depois, 350 cientistas coordenados por um comitê formado por 39 especialistas, dois terços deles africanos, completaram o desafio de reconstruir a historiografia africana livre de estereótipos e do olhar estrangeiro. Estavam completas as quase dez mil páginas dos oito volumes da *Coleção História Geral da África*, editada em inglês, francês e árabe, entre as décadas de 1980 e 1990.

Além de apresentar uma visão de dentro do continente, a obra cumpre a função de mostrar à sociedade que a história africana não se resume ao tráfico de escravos e à pobreza. Para disseminar entre a população brasileira esse novo olhar sobre o continente, a Unesco no Brasil, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), viabilizaram a edição completa em português da Coleção, considerada até hoje a principal obra de referência sobre o assunto.

O objetivo da iniciativa é preencher uma lacuna na formação brasileira a respeito do legado do continente para a própria identidade nacional.

O Brasil e outros países de língua portuguesa têm agora a oportunidade de conhecer a *Coleção História Geral da África* em português. A coleção foi lançada em solenidade, em Brasília, com a presença dos ministros de Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 18 de maio de 2013.

Texto 02:

Lei no 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"



“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.’”

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm, acesso em 20 de abril de 2012.

Questões para reflexão:

1. Qual a importância da História da África para o Brasil?
2. Por que a Unesco deu início às atividades que resultaram nos volumes da *História Geral da África*, a partir de 1964? Qual a relação desta obra com acontecimentos políticos importantes ocorridos no mundo e, especificamente, no continente africano?
3. Quais os objetivos da inserção de estudos de História e Cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica brasileira?
4. Por que o Brasil demorou tanto tempo para aprovar uma legislação como a Lei 10.639? Reflita e levante hipóteses.

Escravidão na África

Texto de referência:

MEILLASSOUX, Claude. *Dimensão histórica da escravidão na África Ocidental*. In.: *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.

No continente africano, a escravidão já existia muito antes da chegada dos europeus. Aliás, muitos povos, desde a Antiguidade, conceberam e utilizaram a escravidão em suas sociedades. Entretanto, ser escravo na Grécia era completamente diferente de ser escravo nas possessões vikings, no reino de Ndongo ou nas *plantations* portuguesas na América.

Cada sociedade lidou de uma maneira com a instituição escravista, concebendo o indivíduo escravizado ora como um dependente, ora como um semovente, ora como mão de obra esporádica... Além das transformações da instituição entre espaços, o tempo também impôs suas barreiras. Na África, a escravidão não foi sempre igual a si mesma: ela sofreu transformações, adaptando-se às novas contingências sociais, demandas econômicas e articulações políticas.

O antropólogo e africanista marxista francês Claude Meillassoux, autor de *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*, analisa o desenvolvimento da instituição escravista africana entendendo-a como produto do confronto entre diferentes civilizações, em detrimento de concebê-la como produto do processo de hierarquização de linhagens numa sociedade doméstica.



A escravidão resulta do choque entre civilizações diferentes que, negando-se mutuamente, escravizam os indivíduos-alteridades, envolvendo-os num complexo social amplo caracterizado pelo sistema escravista.

Essas observações gerais são o ponto de partida do autor, que analisa a dimensão histórica da escravidão na África Ocidental, no capítulo em questão. Meillassoux organiza seu texto em três partes, ao mesmo tempo didáticas e cronológicas, ao propor reflexões sobre:

- 1) a formação dos impérios guerreiros e o crescente poder conquistado pelos mercadores;
- 2) as aristocracias muçulmanas decorrentes da fragmentação do poder político das grandes cidades comerciais;
- 3) a escravidão e a colonização francesa na África.

Além de organizar o capítulo, esses marcadores dão dimensão cronológico-temática ao evento, apresentando os principais organizadores/beneficiários do regime escravista no ocidente africano.

Observe que o autor faz uma interpretação marxista do processo de desenvolvimento da escravidão na África. Ao analisar a organização social dos impérios africanos devotados ao comércio de cativos e apontar que sofreram transformações decorrentes de contradições internas geradas pelo seu próprio funcionamento, os conceitos de estrutura e ideologia são fundamentais ao entendimento dessas organizações.



O conceito estrutura, ou seja, a forma assumida pelas relações sociais nas quais os homens exercem papéis alheios à sua vontade, é fundamental ao entendimento dessas organizações; e o conceito ideologia, ou seja, o imaginário imaterial que justifica e legitima a formação e reprodução da estrutura, é fartamente aplicado à análise da influência islâmica na expansão dos estados e da própria escravidão no oeste africano.



Entretanto, é preciso destacar que o autor não entende a escravidão como produto de contradições e especializações internas de uma sociedade. Antes, trata-se da subjugação de uma sociedade por outra e, a partir desse processo, as estruturas funcionais se formam. Já a **transformação dessas estruturas** é creditada às contradições internas geradas a partir da expansão e dos resultados econômicos da escravidão. Trata-se de dois processos: um externo, motivado por forças externas (decorrentes do comércio de longa distância), e um interno (decorrente das modificações a partir do estabelecimento da estrutura econômica escravagista).

O tráfico de escravos entre **Sahel** e o **Maghreb** era bastante antigo, sendo que seus primeiros testemunhos escritos datam do século VII. A expansão islâmica, iniciada na segunda metade do século VII, sob o califado Omíada, levou a fé maometana até a península Ibérica, atingindo extensões do Oriente Médio e Norte Africano, a oeste, além de chegar até o vale do rio Indo, a leste.

Maghreb é o termo decorrente do árabe **Al-Maghrib**, que significa “poente”, “oeste”. É utilizado para descrever o noroeste africano que, juntamente com a península Ibérica, compunha o ponto mais ocidental da expansão islâmica sob o califado Omíada.

Sahel é a área de transição entre o deserto do Saara e as savanas sudanesas e floresta tropical africana. Na borda Sul do deserto, a área estende-se quase ininterruptamente desde a costa atlântica até o mar Vermelho, no Leste africano. É marcada por clima semiárido



Na África, a presença muçulmana articulou rotas comerciais entre o Norte e o Sul, incentivando o tráfico de infieis ao islamismo, deslocados do Sahel para as terras islamizadas, em rotas que chegavam até a cidade de Meca. Entre os séculos XI e XV, há muitos relatos que informam a chegada de caravanas a Meca, trazendo escravos e ouro.

Essas redes de comércio não se mantiveram atuantes de forma espontânea. Antes, para garantir a continuidade comercial, instituições foram criadas, a fim de oferecer segurança e possibilitar a reprodução automática desse sistema. Trata-se, fundamentalmente, da formação de estados militares africanos, especializados em saques ao sul do Saara, cujo principal objetivo, conforme afirma Meillassoux, era a obtenção de escravos.

Os grandes impérios medievais africanos estiveram diretamente envolvidos com esse tráfico: os Almorávidas, no século XI; Gana, no século XII; o Mali, no XIV, e o Songhay, no XVI.

Em todos os casos, a guerra às aldeias e estados estrangeiros era uma atividade constante, envolvendo longo deslocamento de tropas a distâncias sempre maiores, em decorrência do caráter predatório dessas expedições que, muitas vezes, extinguíam populações inteiras.

O efeito da constância dos ataques provenientes dos estados guerreiros foi a emergência de outras aristocracias guerreiras, ao longo das terras invadidas, responsáveis pela proteção das aldeias vulneráveis aos ataques dos estrangeiros. O esgotamento das populações e a fortificação das aldeias forçaram os exércitos predatórios a lançarem-se a distâncias sempre maiores, em busca de novas sociedades mal protegidas, a fim de intervir sobre elas.



Entendendo a religião como ideologia, Meillassoux acredita que a conversão das elites sahelianas ao islamismo ofereceu aos seus dirigentes uma justificativa moral para combater e subjugar os povos não islâmicos, tratados como pagãos.



O autor destaca também o importante papel desempenhado pelos sacerdotes muçulmanos, diretamente envolvidos nas redes de comércio que ligavam a África ocidental a Meca, que estimularam a captura de cativos para abastecimento do mercado escravista. Além de escravos, esses mercadores estavam interessados em outros produtos, como goma de mascar, marfim e ouro. As minas de ouro do Oeste africano foram de grande importância no suprimento desse material à Europa e ao mundo muçulmano. Embora os estados africanos se envolvessem nesse rico comércio, Meillassoux acredita que:

(...) o comércio do ouro não explica a natureza dos Estados medievais [africanos]. São conhecidos os fracassos das tentativas militares dos soberanos do Mali para apoderarem-se das minas de ouro: logo que a força era empregada, os mineiros fugiam do local e a produção cessava, por falta de produtores. A enorme estrutura de guerra não se adaptava à realização de atividades produtoras permanentes, organizadas, nem ao controle destas. O ouro era geralmente extraído no Bure, no Bambuk e no Tambura, não por escravos pertencentes ao soberano, mas por populações livres. Os pacíficos mercadores que mantinham contato com esses mineradores eram mais capazes de preservar as condições sociais da produção do que os guerreiros destruidores (MEILLASSOUX: 1995, p.40).

Pelo papel tangencial da produção de ouro na estruturação desses Estados guerreiros, ineficazes na produção do metal devido à estrutura funcional mais adaptada à pilhagem que à produção, Meillassoux acredita que o esgotamento das minas não tenha sido o principal responsável pela ruína desses impérios. Para o antropólogo francês, um duplo processo é responsável pelo esfacelamento e constante deslocamento das formações políticas rumo ao leste: 1) o despovoamento decorrente da fuga das populações submetidas às razias e 2) a incorporação das populações que permaneciam em seus locais, por meio da conquista e civilização. Conforme o autor, “no primeiro caso havia esgotamento da matéria humana; no segundo, esgotamento da matéria social apta a fornecer escravos em grande número” (MEILLASSOUX: 1995, p.41). Entendamos esse processo.

O **esgotamento da matéria humana** diz respeito à inexistência de populações, extinguidas pela captura predatória ou pela fuga, buscando desvencilhar-se dos tentáculos absorventes dos estados guerreiros. No segundo caso, o **esgotamento da matéria social** trata da incorporação das populações dominadas ao Estado agressor. Assim, na condição de súditos, homens e mulheres não eram mais estranhos, ou seja, estrangeiros. Não pertenciam mais a duas sociedades distintas, mas sim a uma apenas.

O processo civilizador decorreu da expansão conjunta das guerras, comércio organizado e implantação de mercadores islamizados, responsáveis pelo estabelecimento da religião islâmica nas fronteiras dos grandes estados. A propagação da administração estatal, seguindo a conquista militar e o estabelecimento do comércio e da religião dos muçulmanos, favoreceu a absorção das populações marginais na condição de súditos, portanto, inaptos à escravização.



Como na premissa do autor, a escravidão só era possível como sistema diante da condição de alteridade: a diferença cultural e religiosa tornava os indivíduos estrangeiros aptos a serem escravos. A partir do momento que eles passaram a integrar o tecido social dos Estados guerreiros, sua condição se transformava: de objeto do cativo, tornaram-se protegidos pelo Estado; de membro de civilização antagonista, passaram a integrantes da estrutura social e das classes do Estado absorvente.



As expedições militares para captura de cativos e a posterior inserção das comunidades periféricas nas estruturas políticas e sociais dos estados africanos foram os principais recursos à sua expansão. O poder político era detido por uma classe aristocrática dedicada à guerra de rapina, cujo produto humano era empregado em atividades domésticas cortesãs, militares (escravos compunham a maior parte da infantaria dedicada às guerras de escravização) e camponesa, destinadas à manutenção das classes dominantes e à reprodução da estrutura fundamental ao sistema: a guerra e a administração da guerra.

Perceba que o papel atribuído aos mercadores é, ao mesmo tempo, **periférico** (uma vez que a atividade guerreira é o principal mecanismo de expansão e manutenção desses impérios) e **transformador** (devido ao fato de o comércio ter criado condições para inserção das populações dominadas nos Estados, na condição de súditos, decorrente da integração de rotas comerciais e expansão religiosa, por meio dos sacerdotes-mercadores). Entretanto, a aristocracia não era comerciante: os nobres viviam da guerra, principal instituição a organizar a sociedade e inserir a escravidão como sua base econômica. O produto da venda de escravos, para a aristocracia, não era dedicado ao mercado, mas à aquisição de bens de consumo por parte deste segmento. Quem vivia do comércio e lucrava com ele eram os comerciantes.

Ao analisar as transformações da escravidão das cidades mercantis às aristocracias muçulmanas, Meillassoux observa que o desenvolvimento de uma economia mercantil partiu diretamente da expansão guerreira dos Estados africanos:

Paralelamente à edificação dos impérios (embora as fontes escritas façam menos menções), desenvolveu-se uma economia mercantil. Por todo o Sahel, assinala-se a presença de mercadores, mercados, cidades ou bairros povoados de comerciantes, redes organizadas, circuitos comerciais, "moedas" (cauris, moedas de cobre ou mercadorias-padrão). Toda essa organização não se explica apenas pela indução do comércio do ouro. Esse comércio mercantil se instalava e penetrava por toda parte, seguia o avanço dos exércitos e às vezes o precedia (MEILLASSOUX: 1995, 42).

Foi a inserção dos mercadores em regiões longínquas, ideologicamente protegidos pelo islã e disseminadores dessa religião, que permitiu a integração da população das savanas aos estados saara-sahelianos, constituindo um único tecido social. Embora a efetiva islamização das populações residentes na savana tenha sido processo mais lento e tardio, a implantação dos comerciantes muçulmanos lançou as bases necessárias à posterior consolidação de organizações políticas pautadas na fé.

Embora as aristocracias responsáveis pela gestão dos estados fossem guerreiras, elas se beneficiavam com a presença dos mercadores, uma vez que eles eram os responsáveis pelo escoamento dos cativos gerados nas guerras e pela importação de recursos aplicados tanto na realização das expedições, como cavalos, quanto na diferenciação social, por meio de bens de status. Associados à classe militar, os comerciantes cresciam em poder e prestígio, tornando-se concorrentes da aristocracia no exercício do poder político.

À medida que os impérios cresciam, integrados pelo comércio, os mercados tornavam-se mais importantes e a utilização da mão de obra escrava mais comum nas comunidades, deixando de ser privilégio das elites. A ampliação da capacidade produtiva e do comércio criou condições para a substituição do comércio de escravos pelo de produtos produzidos por essa mão de obra. A disseminação das rotas comerciais e o desenvolvimento de mercados locais estimularam a produção local, agrícola e artesanal, destinada a esses mercados, contribuindo com o aumento da demanda local por escravos produtores.



Claude Meillassoux acredita que o empoderamento das periferias, transformadas em unidades produtivas e reprodutoras da estrutura econômica que se transformava, a partir de suas próprias contradições, levou ao processo de descentralização do poder aristocrático-militar, fundamentado no tráfico de escravos, em favorecimento das elites mercantis, dedicadas ao comércio de produtos.

O poder centralizado foi, aos poucos, substituído por federações de aldeias fortificadas, dedicadas ao comércio, sob a autoridade de famílias responsáveis pela defesa local, pelo emprego de milícias ou clãs mercenários. A fragmentação política da África ocidental colocava em curso outro processo de estratificação social, agora orientado pelos mercadores que contratavam guerreiros, e não o contrário.



O tráfico europeu, operante na África Ocidental a partir do século XV, inseriu outra força econômica no sistema, forçando-o a modificar-se novamente. Meillassoux acredita que a presença europeia comprometeu a ascensão dos mercadores africanos, uma vez que a alta demanda por cativos restabeleceu o contexto de insegurança na costa atlântica, causado pelo esforço guerreiro em cativar homens e mulheres e inseri-los no novo mercado que se abria através do oceano.

O reforço do tráfico de escravos, causado pelo comércio atlântico, também dinamizou os mercados africanos, uma vez que parte da escravaria era empregada no próprio continente, em atividades voltadas à produção de mercadorias para subsistência, mercados locais, exportação ou atendimento às necessidades das cortes.



Nem toda a produção de cativos escoava pelo mar. É preciso notar que, na África, homens e mulheres tinham diferentes papéis na estrutura produtiva. Aos primeiros, cabia o exercício da guerra e da defesa, além do comércio. Às segundas, cabiam as tarefas propriamente produtivas, como agricultura e artesanato. No mundo atlântico, a demanda europeia por escravos concentrou-se no interesse por homens, que seriam empregados, sobretudo, nas *plantations* monocultoras do Novo Mundo. Logo, sobravam as mulheres.

A divisão de trabalho por sexos atuou na diferenciação da demanda por escravos. Meillassoux afirma que havia duas frentes de comercialização de cativos: os homens eram destinados ao tráfico atlântico, as mulheres e jovens eram dedicados ao tráfico interno, à utilização agrícola e doméstica.

A partir dos séculos XVIII e XIX, o islamismo desenvolveu-se de forma muito significativa na África Ocidental, caracterizando-se como doutrina religiosa e ideologia política, uma vez que propunha unificação de populações muçulmanas aptas a resistirem à escravização imposta por mercadores católicos, da qual eram vítimas. Entretanto, assim que esses estados adquiriam poder suficiente, passavam a inserir-se no tráfico de escravos, agora na condição de fornecedores, instrumentalizando a religião como recurso ideológico - conforme defende Meillassoux - para submissão de infiéis à fé maometana. A valorização do islamismo ortodoxo por estes estados é entendida pelo antropólogo como um recurso à ampliação do mercado de cativos em potencial, pois permitia **transformar outros muçulmanos, não seguidores da ortodoxia islâmica, em descrentes e presas em potencial.**



É importante destacar que há outras interpretações acerca deste processo. Claude Meillassoux está preocupado em entender a ênfase no **rigor ortodoxo** do islã como resultado das contradições impostas pela estrutura econômica. Outros autores, como Clifford Geertz, analisam o processo como *empoderamento* político das aristocracias muçulmanas, preocupadas em fortalecer-se institucionalmente por meio do recurso à rigidez das manifestações da fé.



GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

Essa estrutura dedicada à alta produção de cativos sofreu os impactos do fechamento do mercado atlântico à escravidão. Como resultado, a exportação de homens caiu drasticamente, embora as guerras provedoras de escravos continuassem a se desenvolver. Meillassoux nota que se a estrutura provedora de escravos continuava atuante mesmo com o fechamento da rota oceânica, isso indicava que havia desenvolvimento econômico suficiente na África ocidental para absorver a mão de obra cativa produtora de bens a serem comercializados no mercado.

Entretanto, o desenvolvimento do mercado de produtos gerados pela mão de obra escrava não foi suficiente para justificar o aumento das guerras e capturas, ao longo do século XIX. Então, o autor lança o argumento de que o fechamento do mercado atlântico não atuou como mecanismo redutor da escravidão no continente africano: ao contrário; a redução dos lucros devido à baixa demanda para exportação de homens precisava ser compensada com o incremento de mulheres à produção africana.

Nesse momento, os homens passaram a ser massacrados nos campos de batalhas, uma vez que o interesse escravagista restringia-se às mulheres e crianças, além de poucos escravos masculinos recapturados. O aumento da oferta da mão de obra cativa no mercado interno africano levou à baixa no preço do escravo, ao longo do século XIX, embora os custos com a guerra se mantivessem os mesmos. Para manter a lucratividade do processo, era preciso incrementar a oferta e vender mais, para obter ganhos semelhantes.

Do lado dos consumidores de escravos, a expansão da oferta e a redução do custo fomentaram a ampliação da produção voltada para o mercado, tornando o escravo mais rentável. A ampliação dos exércitos, para aumentar a produção de cativos, apresentou aos mercadores e camponeses exploradores da mão de obra escrava uma expansão do mercado para os gêneros produzidos, a serem consumidos pelos integrantes dos exércitos.

Meillassoux acredita que todo este processo beneficiou os utilizadores da mão de obra escrava produtiva, em detrimento das classes guerreiras produtoras de cativos. Foi nesse momento, no século XIX, que a conquista francesa interveio. Embora as guerras provocassem intensa destruição, não se podia negar o fervor econômico causado pelo incremento da escravidão e disponibilização de produtos no mercado.

Claude Meillassoux conclui este capítulo afirmando que a escravidão, seja dedicada ao tráfico ou à produção, aos impérios guerreiros ou burgos mercantis, desempenhou um importante papel no desenvolvimento econômico e político na região do Sahel. Este panorama histórico auxilia-nos na compreensão dos processos econômicos africanos, pelo viés marxista, ao analisar os fatores internos que contribuíram para as modificações estruturais na economia e seus reflexos na política e nas sociedades da África Ocidental. Optando por apresentar um panorama de longa duração, o antropólogo francês não desconsidera a emergência de fatores externos à história africana. Entretanto, seu foco analítico



recai no modo como as populações organizaram-se e gerenciaram os elementos externos, buscando atender às necessidades internas.

A demanda do mundo muçulmano setentrional por escravos ou a presença europeia na costa e o mercado de cativos no Atlântico são compreendidos pelo autor como processos que fomentaram articulações econômicas na África, mas, de modo algum, determinaram o curso histórico dos povos deste continente. Os Estados, federações comerciais e demais instituições africanas agiram como sujeitos em busca de seus interesses e as transformações históricas vivenciadas decorreram, conforme defende o autor, dos fatores internos resultantes da complexificação social e produtiva dessas sociedades.

Nesta seção, estudamos a escravidão africana pela perspectiva marxista, destacando a África Ocidental. Claude Meillassoux entende a escravidão como condição determinante dos processos históricos africanos e agenciadora das transformações sociais e políticas vivenciadas na região ocidental daquele continente. É preciso destacar que, dos séculos XVI a XIX, outras formas de produção de cativo foram utilizadas: a escravidão por dívida desenvolveu-se largamente em todo o Oeste africano, gerando instrumentos jurídicos aptos a tais realizações. Discutiremos esse tema no próximo capítulo.

Leitura Complementar

Texto 01:

Unidos pelo tráfico

Prática de escravidão era comum na África antes da chegada dos colonizadores europeus. Veja mapa que ilustra reinos do Congo e Angola, no século XVII.

Cristiane Nascimento

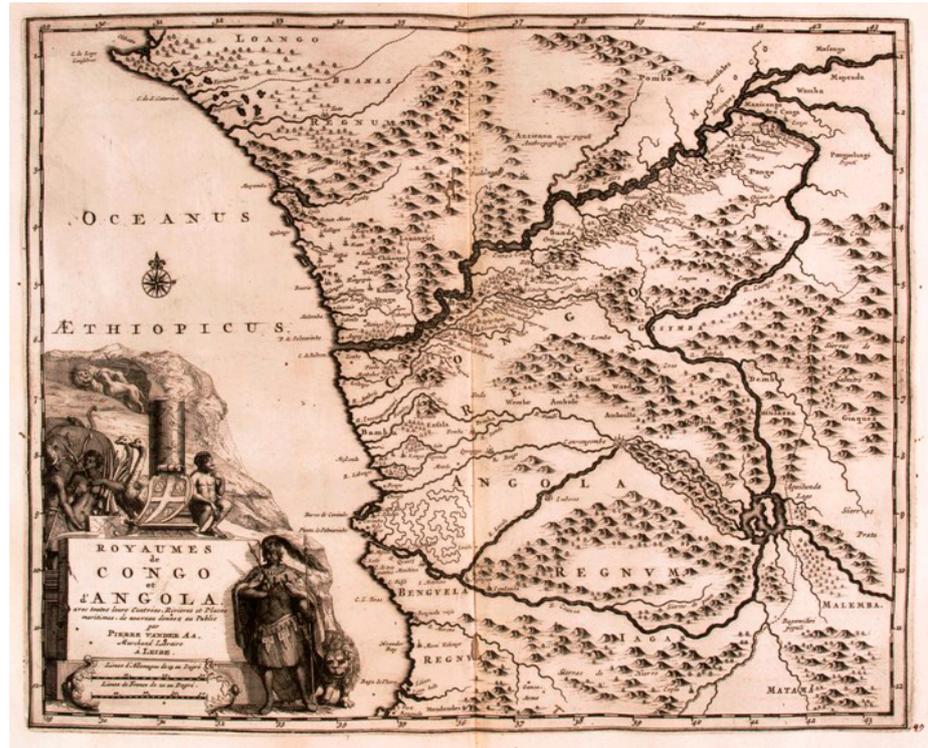
Revista de História da Biblioteca Nacional, 24/10/2012

Entre os anos 1600 e 1800, mais de 3,1 milhões de pessoas, só da região Centro-Ocidental da África, embarcaram rumo à escravidão nas Américas e em ilhas africanas, como São Tomé. No entanto, a escravidão na África é bem anterior à presença dos europeus no continente. O reino do Congo, por exemplo, já usava mão de obra escrava para o serviço militar, administrativo e na agricultura antes da chegada dos portugueses, no início do século XVI. A chegada dos lusitanos modificou e intensificou a prática, uma vez que Congo e Angola eram pontos estratégicos na transferência de escravos do interior para a costa. A aliança entre a nobreza congoleza e os portugueses rendeu bons frutos: ambos aumentaram seus lucros com o tráfico e conseguiram expulsar os “terríveis” **Jagas**, que ocuparam a capital entre 1568 e 1572. Além disso, a elite do Congo podia investir em lavouras em São Tomé, administrada pelos portugueses. Lá, os ricos congolezes casavam suas filhas com os portugueses residentes, fortalecendo ainda mais a aliança.

Os acordos com os europeus eram importantes para os africanos num cenário em que esses soberanos tinham dificuldade em consolidar seus domínios e manter centralizado seu território. Os lusitanos não eram os únicos com interesses na região, muito menos a fazer acordos. Os ingleses e holandeses também estavam por lá e, em 1640, com a ajuda da rainha Nzinga, expulsaram os portugueses de Luanda. Só que por pouco tempo.



Veja, abaixo, o mapa dos reinos do Congo:



Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/mapa>. Acesso em 28 de abril de 2013.

Questões para reflexão

1. Qual a relação estabelecida entre islamismo e escravidão, no texto de Claude Meillassoux?
2. A partir do texto de Cristiane Nascimento, qual o papel da elite congoleza no estabelecimento do tráfico atlântico, coordenado pelos portugueses?
3. Qual o papel desempenhado pelos traficantes escravistas europeus: eles produziram o tráfico escravagista ou se inseriram em redes já existentes, modificando-as? Explique.

O islamismo na África Ocidental: agentes e estratégias

Texto de referência:

LEWIS, Ioan. *Agentes da islamização*. In.: O islamismo ao sul do Saara. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa. 1986.

Atualmente, a África é o continente no qual a religião islâmica mais cresce em número de fiéis. A religião pregada por Maomé teve sua origem na península Arábica, no século VII d. C. e, a partir da **Hégira**, espalhou-se pelo Oriente Médio, Norte da África, Península Ibérica e pela Ásia, chegando até ao vale do rio Indo. Este primeiro impulso expansivo se deu durante o califado Omíada, nos séculos VII e VIII e desenvolveu extensas redes comerciais e civilizacionais pelas partes do mundo tocadas pelo islã, tendo na guerra de conquista seu principal meio de expansão.

Hégira foi um movimento ocorrido no ano de 622, considerado o marco inicial do islamismo e ano em do calendário muçulmano. Trata-se da migração de Maomé e seus seguidores que, perseguidos pelas elites comerciais e políticas da cidade de Meca, migraram para a cidade de Medina, onde o islamismo tornou-se de fato uma religião e um projeto social.



Na África subsaariana, a expansão muçulmana foi mais lenta, resultando de uma combinação de fatores: as guerras predatórias de escravos (Veja capítulo 2), a formação de uma classe mercantil islamizada, ondas sucessivas de migrações de comerciantes, seguidos de artesãos e “homens santos”. Um fator alheio à expansão islâmica que contribuiu ou inibiu seu resultado foi o deslocamento de tribos africanas: nas regiões em que o sentido do deslocamento coincidiu com o sentido da infiltração muçulmana, o resultado da expansão foi positivo; onde o deslocamento de dava em sentido contrário à expansão, o resultado foi negativo.

Neste capítulo, analisaremos esses processos expansivos, buscando compreender a formação e difusão do islamismo na África. Nossa discussão se organiza sobre o livro *O islamismo ao sul do Saara*, especificamente no capítulo intitulado *Agentes da islamização*. O autor, Ioan Lewis, é professor aposentado do Departamento de Antropologia da Escola da Economia de Londres. Seus trabalhos são dedicados à compreensão do xamanismo, islamismo e feitiçaria em sociedades tradicionais. Aqui, destacaremos apenas o islamismo, sobretudo na África Ocidental, nosso objeto de interesse neste curso.

O islamismo atingiu o leste africano pela expansão do comércio e de ondas migratórias, que se deslocavam no sentido Norte-sul. Os agentes atuantes mais destacados no estabelecimento e desenvolvimento de rotas comerciais que cortavam o deserto saariano e levavam a fé islâmica às savanas africanas foram os **Berberes**, cuja influência na cultura muçulmana predominou tanto na África Ocidental quanto no Magreb.

A palavra **berbere** caracteriza grupos falantes de línguas afro-asiáticas e, como na forma latina *barbarus*, foi utilizada para identificar populações consideradas inferiores, diante dos padrões culturais hegemônicos europeus. Hoje, o termo é aplicado às populações africanas que vivem entre a Costa Mediterrânica e o sul do Saara.



Analisando a importância das rotas comerciais na propagação do islamismo, Ioan Lewis afirma que o papel desempenhado pelos mercadores e pelos mestres ou homens santos, principais pregadores islâmicos, é muito difícil de ser analisado separadamente, já que era muito comum as duas funções serem encontradas na mesma pessoa. Difusores do comércio e da fé maometana, esses homens inseriram-se em rotas já estabelecidas antes da presença muçulmana no norte e leste africano, percorrendo caminhos existentes em três grandes eixos: pelo norte da África, do Mar Vermelho e pelos portos do Oceano Índico. Por esses caminhos passava a maior parte dos produtos de interesse do mundo islâmico e mediterrâneo, como ouro, escravos, marfim, noz de cola, almíscar, couros, penas, óleos, carapaças de tartaruga, incenso, mirra e outros, especializados por regiões. Grandes cidades foram construídas ou expandidas ao longo das rotas do comércio, como Timbuctu, no oeste africano.

Os mercadores nômades Berberes convertidos ao islamismo e suas caravanas exerceram grande influência neste processo. Nas terras por onde passavam, operavam um regime de contratação de agentes locais, o que garantia a eles certa segurança diante das possibilidades dos perigos do banditismo. Esses agentes geralmente eram membros das elites locais, oferecendo aos comerciantes um nível de proteção e manutenção de alguns direitos que não encontrariam na ausência dessa prática.

Além destes mercadores de longa distância, que percorriam várias terras, Lewis destaca a importância das pequenas organizações comerciais, altamente especializadas, que se associaram ao islamismo e contribuíram com o desenvolvimento da religião. Por superar os limites étnicos, o islamismo ofereceu a esses homens possibilidades de se relacionarem com pessoas e mercados exteriores àqueles em que viviam. Redes comerciais supraétnicas foram estabelecidas em pequenos e médios circuitos, ligando atividades comerciais e formando uma rede econômica entre as diversas corporações menores.

O autor exemplifica com o caso da etnia Dyula. Esse povo estabeleceu colônias (e até mesmo Estados) comerciais ao longo do oeste africano. Essas agências locais eram comunicantes: permitiam, por exemplo, que um mercador Dyula de Timbuctu contratasse “alguns agentes para comprar ouro em Ashanti, no Sul, e outros para o vende em Fez, no norte da África” (LEWIS: 1986, 46).

Acompanhando ou seguindo os mercadores, artesãos muçulmanos estabeleceram-se nos principais Estados da África Ocidental. Esses indivíduos tornaram-se indispensáveis nos centros urbanos, uma vez que detinham conhecimento técnico nas funções de “ferreiros, trabalhadores do couro, tintureiros e joalheiros (trabalhando o ouro e a prata) e, mais tarde, armeiros e artífices” (LEWIS: 1986, 47). Menos móveis que os mercadores, essas pessoas formaram pequenas comunidades no seio de populações não muçulmanas, unindo-se a elas (ou a parte delas) por meio de casamentos e contribuindo com a disseminação da fé islâmica.

Ioan Lewis acredita que mercadores e artesãos tenham sido os primeiros portadores do islamismo nos confins da África tropical. Embora muitos não tivessem sido prosélitos divulgadores de sua religião, suas práticas religiosas exteriores - como a oração cinco vezes por dia voltados para Meca - e sua confiança no poder espiritual islâmico, capaz de curar doenças, garantir boas colheitas e quebrar feitiços e bruxarias, foram um grande atrativo às populações envolventes. E, como parece evidente, a nova religião também trouxe conflitos, uma vez que os muçulmanos passavam a concorrer com os peritos em ritos tradicionais, que buscavam preservar sua autoridade e poder religioso e político nas sociedades em que atuavam.

Vimos no segundo capítulo desta apostila que a expansão dos estados guerreiros africanos abriu caminho para as rotas comerciais, garantindo uma infiltração mais profunda dos comerciantes muçulmanos. Ou seja, um primei-



ro segmento guerreiro advindo de soberanias que estavam em processos de islamização foi seguido por comerciantes muçulmanos, que reforçaram a crença islâmica nas regiões em que atuavam. Após esses mercadores criarem vínculos entre as regiões (ligando cidades, portos e diferentes áreas especializadas na produção de mercadorias específicas), uma onda de artesãos os seguiu, ocupando as funções urbanas nas quais se demandavam conhecimentos técnicos particulares. Após esses três segmentos sociais, Lewis aponta a emergência dos mestres ou homens santos. O autor é claro ao afirmar:



Se os mercadores muçulmanos devem ser considerados, em muitas regiões da África Tropical, como os primeiros a abrirem caminho para a eventual expansão do Islamismo, aos homens santos e aos mestres que os acompanharam e seguiram, ou a eles próprios no exercício dessas funções, incumbiu a tarefa de consolidarem o processo de conversão religiosa (LEWIS: 1986, p.48).

Sua influência se deu pelo ensino e pela religião islâmica. Ao dominarem a escrita, faziam parte de uma pequena comunidade de letrados, aos quais os mistérios da religião se apresentavam por meio do Alcorão. Ao se formarem comunidades muçulmanas decorrentes do comércio ou de aldeias de artesãos, os mestres ou homens santos passavam a ser necessários, uma vez que eram responsáveis por ensinar aos jovens a doutrina muçulmana e dirigir a vida religiosa dos crentes.

Outro atributo fundamental aos mestres e homens santos era a posse de “poderes místicos”, atribuídos aos portadores de baraka. Clifford Geertz (2004, p.55) explica que baraka significa “benção”, como um favor divino. Esse significado nuclear é delimitado em sentidos como “prosperidade material, bem-estar físico, satisfação corporal, plenitude, sorte e, aspecto mais ressaltado pelos escritores ocidentais ansiosos para incluir esse significado na mesma categoria do mana, poder mágico”. Tais elementos podem ser percebidos nas práticas de cura e proteção, manuseio de fatores naturais, como a ocorrência de chuva, combate a feitiçarias e bruxarias, além de outras especialidades que os faziam muito venerados nas comunidades islâmicas e adjacências.

A fama de um grande mestre ou homem santo corria entre os lugares e trazia muitos seguidores para seu redor. Em volta desses homens de grande religiosidade juntavam-se pessoas, formavam-se novos mestres e uma cultura letrada islâmica era difundida, formando centros de saber e erudição muçulmanos, como Timbuctu e Djenne, no oeste africano. Ademais, tornar-se um mestre muçulmano poderia ser encarado como possibilidade de mobilidade social, uma vez que não havia hierarquias formais ou barreiras ao recrutamento de homens interessados em tornar-se um sábio islâmico e propagar a fé maometana. Por meio deste clero indígena formado nas paragens da África tropical, o **Alcorão**, os **hadiths** e a **Shari'a** tornaram-se acessíveis à população local, facilitando a expansão e assimilação do islamismo.

A **Shari'a** é o conjunto de leis islâmicas. É composta pelo **Alcorão**, pelos **hadiths** e pela Sunna. A lei de Deus, revelada ao Profeta e apresentada no Alcorão, adquire jurisprudência a partir da aplicação dada por Maomé, o que caracteriza a Sunna: os feitos, ditos e ensinamentos produzidos pelo Profeta. Os hadiths, por sua vez, são leis, lendas e histórias sobre Maomé, anotadas por ele ou seus companheiros, que oferecem interpretações do Alcorão e da Sunna, caracterizando-se como importante instrumento jurídico islâmico, seguidos dos hadiths.



Muitos mestres e homens santos atuaram como negociadores e mediadores, no âmbito interno e externo das sociedades, visto que seu conhecimento do idioma árabe e sua condição para-étnica (estavam além do pertencimento a grupos étnicos amparando-se pela sociedade islâmica) fazia deles valiosos emissários das políticas de reinos e chefaturas. Em sociedades centralizadas, Lewis destaca que esses homens desempenharam papéis administrativos, como escrivães, contadores e conselheiros. Esses aspectos utilitários da religião (e dos religiosos) islâmica também foram fatores importantes na difusão da fé maometana, bem como os rituais exteriores, que atraíam a população para os ritos cênicos e para a crença que dedicavam à sua religião.

Finalizamos este capítulo destacando o papel atribuído ao islamismo pelo autor: a religião maometana chegou à África subsaariana, por meio das rotas abertas pela guerra e pelo comércio. Artesãos muçulmanos contribuíram com a divulgação da fé, ao migrarem para as regiões conquistadas pela guerra e integradas ao mundo islâmico pelo mercado. A presença desses homens, com residência fixa, criou a necessidade de líderes espirituais para conduzirem a vida da comunidade religiosa. Estavam abertas as portas para os piedosos pregadores e exímios agentes comerciais, que integraram as comunidades islâmicas africanas e possibilitaram maior consolidação da crença e de práticas maometanas ao sul do Saara.

Leitura Complementar

Texto 01:

Crise no Mali: separatismo, golpe, terrorismo e intervenção

23 de Janeiro de 2013

No dia 11 de janeiro de 2013, a França iniciou uma intervenção militar no Mali para conter o avanço de grupos terroristas atuantes no norte do país africano. A situação, que é vista com cuidado e apreensão pelas lideranças ocidentais, remonta não apenas ao passado recente de crise política malinense como também ao histórico da formação de movimentos islâmicos na África Ocidental.

Ex-colônia francesa e independente desde 1960, o Mali é um país pobre e sem acesso ao mar. Ele se divide basicamente em duas porções: a do Sul, mais densamente urbanizada e povoada; e a do Norte, predominantemente desértica e esparsamente ocupada. O Norte é a região dos tuaregues, grupo étnico que possui um histórico separatista do governo central da capital Bamako, localizada ao Sul, próximo à fronteira com a Guiné.

Embora o país viesse sendo elogiado pelo amadurecimento da democracia no final do século passado, o Mali passou por uma grave política em 2012. Setores do Exército rebelaram-se contra o governo do presidente Amadou Toumani Touré e, em março, forçaram sua renúncia e declararam inválida a Constituição. Para conter a crise, os militares apoiaram a formação de um governo provisório, ainda sem sólido respaldo internacional.

A crise aprofundou o distanciamento e piorou a situação dos tuaregues em relação ao governo central. Foi neste ambiente que os separatistas do norte aproximaram-se de militantes islâmicos atuantes na região do Saara, que lhes forneceram apoio. A motivação do separatismo tuaregue repousa em critérios étnicos e tem objetivo a criação de um governo autônomo, mas o influxo islâmico mudou o perfil da situação.

Diversos grupos militantes islâmicos entraram em cena. O principal deles é a Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQIM na sigla em inglês): trata-se de uma milícia dotada de algumas centenas de membros que atua no Sahel, a região do deser-



to do Saara que compreende Mali, Mauritânia, Argélia, Líbia e Níger. Seus principais líderes teriam sido treinados no Afeganistão antes da invasão americana e teriam ainda raízes de atuação na Argélia pós-independência.

Esses grupos de terroristas apoiaram os tuaregues desamparados, mas têm motivações bem distintas das dos separatistas do Mali. Eles desejam livrar a África ocidental dos estrangeiros europeus e de seus costumes e determinar a imposição extremista rígido da sharia (a lei islâmica) em moldes similares ao fundamentalismo implantado no Afeganistão, marcado pela repressão das mulheres e de hábitos supostamente pecaminosos, como o fumo.

Foi esta frente separatista fortalecida por terroristas que despertou a atenção da França, que, nos primeiros dias de 2013, decidiu intervir no Mali. Diversas cidades da região central do país já haviam sido parcial ou completamente tomadas pelos militantes islâmicos, nos quais já imperava um novo tipo de sociedade – distinta mesmo da desejada pelos tuaregues. De modo geral, a ação francesa está sendo bem recebida pelos malinenses que, somente amparados no seu frágil, velho e pobre Exército, nenhuma chance tinham contra o avanço dos terroristas.

Mas a ação francesa, que já conseguiu conter o avanço islâmico e mesmo libertou algumas cidades, acabou por provocar retaliações por parte destes grupos. Em reação à intervenção, um grupo da AQIM liderado pelo terrorista Mokhtar Belmokhtar invadiu um campo de exploração de gás na Argélia, fazendo cerca de 700 reféns. Belmokhtar, um dos fundadores da AQIM, pedia a saída das tropas francesas do Mali e a libertação de aliados detidos nos Estados Unidos sob a acusação de terrorismo. A crise dos reféns do complexo de In Amenas levou à ação do Exército da Argélia, que, em uma operação de resgate que se estendeu por três dias, provocou a morte de dezenas de reféns e militantes.

O Mali espera a chegada de um Exército de soldados da comunidade africana, cujos líderes temem o aumento da atividade terrorista na região. A intervenção francesa foi prontamente apoiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Paris, Bamako e outros líderes africanos, como Alassane Ouattara – presidente da Costa Marfinense e da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (Ecowas) –, esperam contar com crescente apoio internacional no enfrentamento deste novo desafio do terrorismo do século XXI.

Disponível: <http://noticias.terra.com.br/mundo/africa>. Acesso em 20 de maio de 2013.

Questões para reflexão:

1. Quais os principais agentes responsáveis pela islamização da África subsaariana e em que consistiram suas ações?
2. A partir da discussão realizada ao longo do capítulo, da leitura do texto de Ioan Lewis e da leitura complementar acima, reflita: qual o papel desempenhado pelo islamismo na configuração do quadro político do ocidente africano, desde seu surgimento na região até hoje? Quais transformações e permanências podem ser apontadas?
3. Na atual crise vivenciada pelo Mali, os rebeldes Tuaregues têm os mesmos objetivos políticos que os muçulmanos organizados na Al-Qaeda do Magreb Islâmico? Aponte suas diferenças e em que consiste sua parceria.
4. A investida francesa contra a ação islâmica no Mali busca preservar valores ocidentais, como a democracia e a liberdade, entendidos como universais. É possível perceber interesses econômicos e políticos por trás da ação francesa? É possível apontar relações entre a ação dos exércitos franceses contemporâneos e aquelas dos exércitos e mercadores muçulmanos, séculos atrás? Se sim, quais?

Sociedades em contato: transformações na África Ocidental

Texto de referência:

BARRY, B. A. *Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucoiores*. In: OGOT, B. A. (org.). *História Geral da África V – África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco. 2010.

1. A chegada dos portugueses

A chegada das caravelas portuguesas à costa africana, a partir de meados do século XV, foi um grande evento tanto para os europeus quanto para os africanos. Sociedades de ambos os continentes vivenciaram significativas transformações a partir das novas possibilidades comerciais abertas pela via atlântica.

Para Portugal, o contato com os povos africanos significou o acesso direto às minas de ouro do Sudão, cujo produto chegava à Europa com os mercadores muçulmanos, que atravessavam o Saara em cáfilas (caravanas) comerciais. Além do ouro, as especiarias – por exemplo, noz de cola e almíscar – tornaram-se diretamente acessíveis aos europeus.

A colonização do arquipélago de Cabo Verde, a partir de 1460, permitiu a Portugal produzir itens de interesse nos mercados africanos, como algodão e cavalos, e trocá-los por aqueles de seu próprio interesse. Com o desenvolvimento das empresas produtoras de bens para exportação, como cana de açúcar, algodão e índigo, tanto nas ilhas atlânticas quanto na América, os negros escravizados tornaram-se o principal produto do tráfico atlântico. Sua captura, agenciamento e venda eram atividades especializadas e criaram condições para transformações significativas nas culturas, economias e sociedades africanas, europeias e americanas.

Na África, o oceano Atlântico era, historicamente, a “porta dos fundos” do continente. A saída para o mar nada significava além de pontos de produção saleira, atividades pesqueiras e coleta de conchas. Os principais caminhos percorridos pelas mercadorias africanas, os maiores centros urbanos e as sedes dos impérios e reinos estavam localizados no interior do continente.

A presença islâmica, a partir do século VIII, inspirou a construção de centros de cultura erudita no Sahel e Magreb, como a cidade de Timbuctu, nos quais se estudava a doutrina muçulmana, produziam-se livros, estabeleciam-se grandes feiras e era ponto de passagem de várias caravanas que cruzavam o deserto do Saara, ligando a savanas e a floresta tropical às terras mediterrânicas, ao Norte. Nestas tramas, o litoral era uma grande periferia, empobrecia e pouco integrada num sistema econômica inter-regional. Contudo, a emergência das caravelas portuguesas impôs transformações significativas neste cenário.

O artigo de Boubacar Barry, historiador senegalês e professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Cheikh Anta Diop, em Dakar (Senegal), nos propõe refletir sobre as transformações vivenciadas pelas sociedades africanas. O objeto central de análise do autor é a **Senegâmbia**: região entre os rios Senegal e Gâmbia, intermediária entre o deserto do Saara, ao Norte, e a floresta tropical, ao Sul.

Senegâmbia é a região entre os rios Senegal e Gâmbia, no oeste africano. É caracterizada por grande diversidade étnica e, durante os séculos XVI-XVIII, poucas organizações políticas foram capazes de produzir uma administração centralizada, com estados autônomos. Muitas vezes, os estados, reinos e chefaturas mantinham diversos níveis de submissão entre si, com grande transitoriedade de fronteiras, devido a guerras, expansões e retrações de corpos políticos. Esta região viveu intenso dinamismo comercial, no período aqui destacado, tendo exercido forte interesse em nações europeias devido ao mercado de ouro, marfim, especiarias e, sobretudo, escravos.

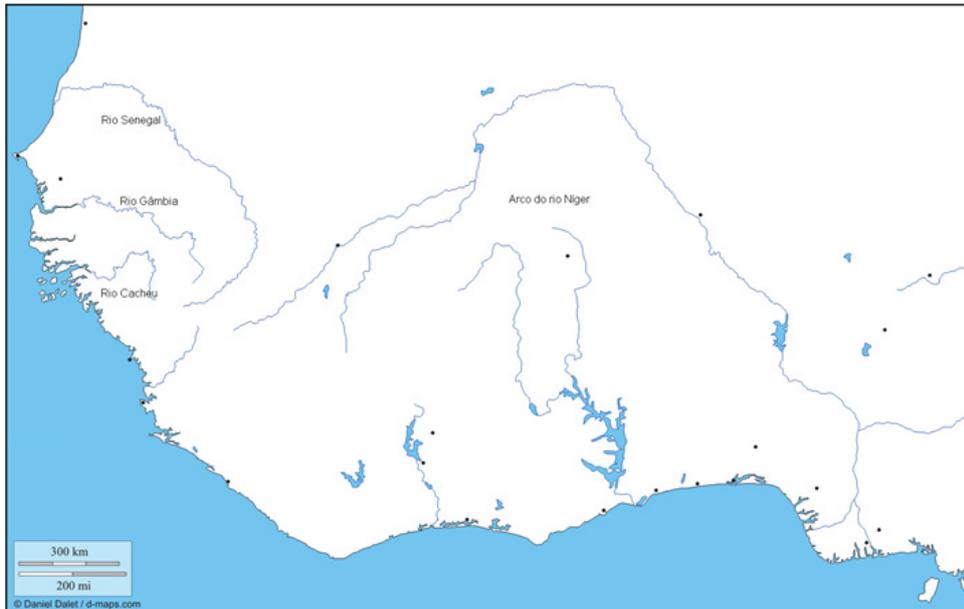


Figura 1: Principais rios da África Ocidental. O artigo em questão analisa as tramas históricas ocorridas no vale dos rios Senegal e Gâmbia, no extremo oeste africano

Neste texto, a maior dificuldade encontrada por um leitor iniciante nos estudos africanos é o vocabulário. Há muitas referências a etnias, lugares, rios e acidentes geográficos. Por isso, serão apresentados alguns mapas que auxiliem na compreensão do espaço tratado no texto e na relação entre diferentes agentes políticos e seus territórios. Entretanto, sempre procure outras fontes, busque outros mapas e mais informações.

O texto também é repleto de referências a títulos de governantes, como *Tunka*, *Mansa* e *Damel*. Não há uma palavra que traduza o equivalente a esses títulos. Por vezes, alguns autores utilizam os termos “rei”, “governador” e “chefe” num esforço de traduzi-los. Contudo, o significado que possuíam nos contextos africanos escapam a essas palavras, utilizadas em contextos de centralização, subordinação política ou instituição local, respectivamente. A sugestão que oferecemos é não se ater, num primeiro momento, ao significado específico de cada um desses títulos. Antes, entenda-os como o reconhecimento a uma liderança política.

A maior parte das fontes utilizadas por Barry decorre da tradição oral. Na oralidade, estão registrados fatos marcantes da história política africana, mantidos vivos por meio da memória coletiva. Por isso, a riqueza de nomes e datas, que não precisam ser “decorados”. É importante que você perceba, sobretudo, a natureza das transformações vivenciadas pelas sociedades africanas a partir da implantação do tráfico negreiro e do estabelecimento de feitorias europeias na foz dos principais rios. O impacto do islamismo é outro item que precisa ser destacado, como força política e social de forte expressão no oeste africano. Busque compreender como diferentes forças políticas e econômicas estabelecem-se e dialogam na construção da história regional da Senegâmbia.

A partir destas observações iniciais, analisemos os apontamentos de Barry.

Boubacar Barry almeja demonstrar como o comércio europeu na costa ocidental africana modificou as relações sociais, econômicas e políticas interioranas.



Como em efeito dominó, a abertura do mercado atlântico atingiu as rotas comerciais do interior e transformou as relações entre os estados. O principal impacto foi causado pelo tráfico escravista, uma vez que se formaram reinos especializados na captura de cativos, como o Kaabu (ou Gabu). A violência instaurada pelo esforço de captura foi suportada pela emergência de revoluções islâmicas, que buscavam resistir às incursões escravagistas de estados costeiros, como o Kaabu. Conforme palavras de Barry, este “constitui o pano de fundo da história da Senegâmbia, submetida às consequências do comércio atlântico” (BARRY: 2010, 314).

O artigo está organizado em três seções que, por fins didáticos, serão respeitadas nesta abordagem.

2. O monopólio português e a reorganização do mapa político no século XVI

O primeiro subtítulo, “O monopólio português e a reorganização do mapa político no século XVI”, pretende demonstrar como a Senegâmbia inseria-se na política oeste-africana e como a chegada das caravelas portuguesas, na primeira metade do século XV, transformaram essas relações. A região esteve, durante muito tempo, sob dependência dos estados sahelianos e saarinos, como o Mali, centro da vida econômica regional em detrimento do Atlântico, periferia deste sistema político. Contudo, a partir da chegada lusa, o comércio estabelecido na costa motivou o deslocamento de parte das rotas interioranas, levando ouro, marfim, especiarias e escravos, antes destinados ao Sudão, para o litoral. Esse foi o primeiro e decisivo fator de transformação da Senegâmbia.

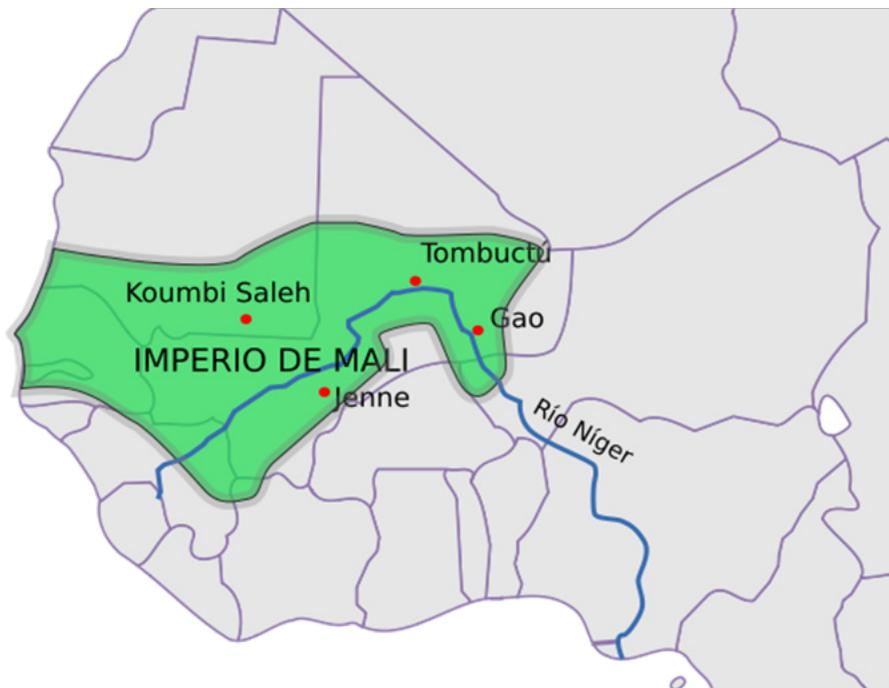


Figura 2: Extensão geográfica conquistada pelo Império do Mali, entre os séculos XIII e XVI. Na extremidade ocidental está o Cabo Verde e a Senegâmbia. Wikibooks.org

Antes dos portugueses, a principal potência a exercer domínio sobre a região era o Império do Mali. Formado nos séculos XII e XIII, esse império estendeu seus braços para o oeste pela migração de populações destinadas ao comércio, como os Mandinga (Mande, Manden ou Mandingo), alcançando a Senegâmbia. Esses mercadores foram responsáveis pela ligação do Arco do Níger, ao Sul, ao comércio do Norte, que alcançava as rotas do deserto e desembocava no Mediterrâneo



e demais terras dominadas pelo islã. Ao sul do rio Gâmbia, formou-se o Império do Kaabu, que dominava esta região em nome do Mali, como sua província, embora com maior grau de autonomia.

No século XIV, uma crise sucessória no Mali enfraqueceu o centro do governo, criando condições para o desmembramento de estados dominados pela etnia Jalofos, ao norte do Kaabu, na Senegâmbia, que tornaram-se independentes e limitaram a comunicação entre o Kaabu e o Mali, uma vez que estavam, geograficamente, entre os dois. Contudo, essa Confederação não chegou a prosperar, pois outra etnia, os Fulo, entrou em processo de expansão na mesma região, formando o reino Denianke.

Concomitantemente a esses acontecimentos, ocorreu a chegada dos portugueses a Cabo Verde, em 1460, que se tornou o centro de operações lusas no oeste africano. A produção cabo-verdiana de bens comercializáveis na costa promoveu a integração dos mercadores insulares no circuito comercial inter-regional da Senegâmbia. Foi dado o passo fundamental à reorganização do mapa político dos estados da Senegâmbia, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI.



Os portugueses conseguiram maior inserção comercial na região ao sul da Senegâmbia, entre os rios Casamance e Cacheu. Isso foi fator de peso na organização econômica regional, uma vez que a presença lusa limitava o acesso dos produtos da floresta tropical na região do Níger às rotas internas, por atraí-los para o litoral. O interesse europeu por homens escravizados e o contato com reino do Kaabu criou condições para que esse estado se especializasse na captura de cativos a serem exportados no litoral, tornando-o potência hegemônica regional, após o declínio do Mali, ao longo dos séculos XVI e XVII. A instauração de um estado de violência, chamado pelo autor de reinos de sebbe (chefes da guerra) levou muitas populações a fugirem e isolarem-se, buscando proteção.

A expansão do tráfico negreiro possibilitou a consolidação do reino do Kaabu como verdadeira potência militar, ao sul da Senegâmbia. Na porção norte deste território, a fragmentação da Confederação dos Jalofos deu lugar ao reino Denyanke, formado pelos Fulo que, localizados no estuário do Senegal, eram elo entre as redes comerciais saarianas (interioranas) e atlânticas.

3. Outras nações no continente

Além dessas estruturas políticas dedicadas à escravização, a partir do século XVII outras nações europeias estabeleceram-se na costa africana. Franceses, ingleses e holandeses construíram feitorias e dedicaram-se ao tráfico escravista. A espacialização da presença europeia na Senegâmbia através das feitorias objetivava criar estabelecimento nos quais se pudessem armazenar escravos, aptos a serem exportados para o Novo Mundo. A intensificação deste movimento deu origem a crises econômicas e sociais que, causadas pelo tráfico, foram combatidas pelo progresso do islamismo militante contrário à escravidão. Vários marabutos procuraram unificar os estados do vale do Senegal, buscando combater o tráfico negreiro atlântico, do qual eram vítimas.

A guerra dos marabutos iniciou-se após a criação da feitoria francesa de Saint Louis, na desembocadura do rio Senegal, em 1659. De acordo com Barry, esta feitoria conseguiu atrair a totalidade do comércio do vale do Senegal para o litoral, impedindo a chegada de escravos e cereais às cidades sahelianas e às rotas do deserto. Desprovidos de alimentos, escravos e produtos para o comércio, os homens dessas regiões, berberes nômades em sua maioria, organizaram um movimento religioso baseado no puritanismo islâmico, cujo objetivo era conquistar



o vale do rio Senegal. Buscavam implantar a lei islâmica (Shari'a) em sua forma mais ortodoxa. Neste contexto, Barry afirma que "a proclamação da jihad nos reinos do vale do rio era motivada por considerações tanto econômicas, quanto religiosas: a conquista dos mercados de cereais e escravos, a conversão da população e a purificação das práticas do Islã" (BARRY: 2010, 326).

O movimento dos marabutos, num primeiro momento, opunha-se ao tráfico negreiro e era uma autodefesa declarada do comércio saariano, em detrimento de Saint Louis. Contudo, não pregava o fim da escravidão: os **marabutos** eram contrários à prática ligada ao comércio atlântico, não ao comércio secular saariano ou à utilização de mão de obra escrava local. Ao opor-se às aristocracias sustentadas pelo tráfico, o movimento conseguiu disseminar o islamismo pela Senegâmbia, como representação da reação popular de resistência contra as aristocracias ligadas ao tráfico negreiro.

Marabutos são homens muçulmanos reconhecidos no Magreb e no sahel como religiosos de grande piedade. Em muitos casos, trata-se de eremitas reconhecidos por suas habilidades místicas e por possuírem o dom da *baraka*, ou seja, uma benção divina que os mantém ligados a Deus. São procurados pelos fiéis islâmicos como exemplos de fé e possuem legiões de discípulos. Por isso, muitas vezes encontram-se personalidades religiosas e políticas na mesma pessoa, sendo que o marabuto torna-se um líder político que defende os interesses da comunidade religiosa islâmica.

Vários estados do vale do Senegal foram conquistados pelos marabutos. Contudo, a morte do líder Nasir al-Din, em 1674, levou o movimento ao declínio. Os comerciantes franceses sediados em Saint Louis intervieram em favor das aristocracias locais, pois perceberam que a vitória islâmica comprometeria o comércio europeu, uma vez que os muçulmanos teriam total controle do mercado e estabeleceriam seus preços, além de desviar a rota dos produtos para o interior.

Com o apoio europeu, as aristocracias locais superaram os marabutos, desencadeando intenso processo de escravização de muçulmanos derrotados nas guerras e vendidos nos portos atlânticos. Muitas famílias islâmicas migraram para os sertões, refugiando-se e tentando estabelecer comunidades muçulmanas autônomas no interior. Entrementes todo este processo, o islamismo passou a desenvolver-se com mais vigor entre o povo, concebido como forma de resistência à escravidão atlântica que causava fomes, fragilização da mão de obra, interdição do comércio e outros males às populações locais.

Esta narrativa apresentada por Barry é importante para percebermos a história africana da costa ocidental como um conjunto intrincado de eventos que relacionam causas internas e externas ao continente.

O mercado negreiro atlântico e seu caráter predatório não foram maléficis apenas aos indivíduos escravizados. Ele também inviabilizou o comércio transaariano, comprometendo as relações estabelecidas entre os agricultores das terras férteis ao Sul e os berberes nômades mercadores do sahel e deserto. Além de produtos a serem vendidos noutras terras, os berberes passaram a sofrer crises de fome causadas pelo desvio de cereais para o litoral, para alimentar os escravos que esperavam para serem transportados e para abastecer os navios negreiros. Nesse sentido, a guerra dos marabutos foi uma reação interna às pressões externas do tráfico, que contaram com a participação tanto de agentes europeus quanto africanos, defendendo diferentes interesses.





O fracasso da reação islâmica da segunda metade do século XVII foi seguido pelo estabelecimento deste estado de insegurança, causado pela emergência constante de guerras predatórias.

O elevado número de cativos produzidos por esses conflitos gerou sucessivas crises políticas e econômicas, ondas de fome e expansão da escravização. Contudo, tais elementos também contribuíram com a expansão do islamismo entre os setores mais empobrecidos, como forma de resistência à dominação dos estados sebbe. No século XVIII, esses elementos deram lugar às revoluções islâmicas pelo oeste africano, que combateram o poder cedido em vários espaços.

Barry destaca as revoluções do Bundu, Futa Djalon e Futa Toro, três planaltos senegambianos. A Figura 4 ilustra a localização geográfica dessas terras altas (o Bundu está localizado entre o Futa Toro e o Djalon):

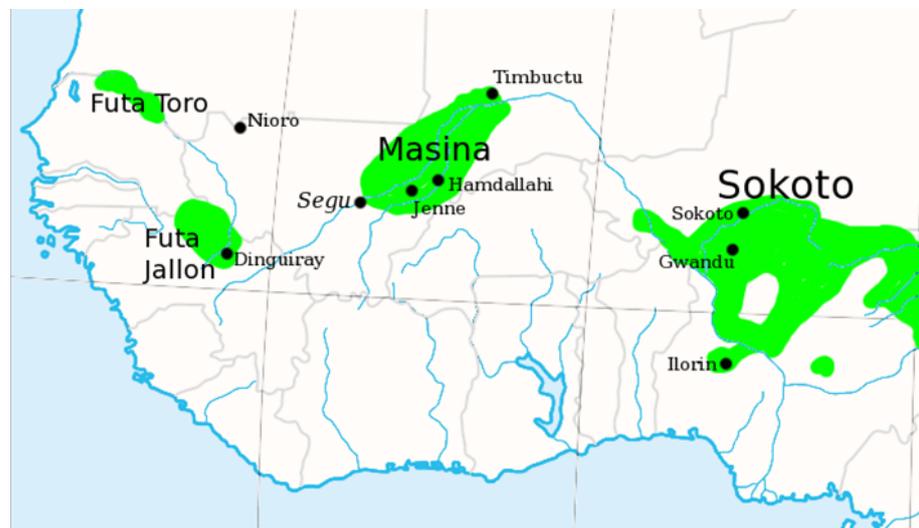


Figura 4: Localização geográfica dos planaltos do Futa Toro e Futa Djalon, no curso do rio Senegal. Entre eles, estão localizadas as terras altas do Bundu

No Bundu, Barry destaca que as comunidades islâmicas provavelmente buscaram estabelecer-se distante da costa, fugindo da opressão política dos estados *sebbe*. Localizado entre o Futa Djalon e o Futa Toro, o Bundu servia como elo entre as comunidades muçulmanas estabelecidas nestes dois planaltos.

Aproveitando-se do enfraquecimento do reino Gajaaga, os muçulmanos do Bundu proclamaram guerra santa e saíram vitoriosos, criando o Estado teocrático do Bundu. Contudo, a carência de documentação é atestada pelo autor como a maior dificuldade em se apreender aspectos mais específicos desta região.

4. A revolução muçumana

A revolução muçumana no Futa Djalon é discutida pelo autor como um fenômeno paraétnico, ou seja, que transcende os limites de um conflito étnico. Tratou-se de um movimento multiétnico liderado por marabutos Fulbe e Mande. Os primeiros eram criadores de rebanhos muçulmanos que estavam submetidos ao controle político de uma etnia não islamizada, os Jallonke, aos quais deviam tributos pelo uso da terra. Diante do quadro de instabilidade e da incapacidade do Jallonke de garantir a segurança em suas terras no contexto do tráfico negreiro, os pastores muçulmanos aliaram-se a comerciantes Mande (jula mande ou jaxanke, conforme palavras do autor), com o intuito de substituir o poder do Jallonke.

Por isso, Barry acredita que a revolução não tenha sido realizada por pastores



nômades. Foi um grupo multiétnico de muçulmanos que se estabeleceu no Futa Djalon e alcançou o poder político. Instrumentalizados pelo islã como ideologia e suportados pelo comércio de bovinos e couro no mercado atlântico, foi possível aos Fulbe e Mandé construírem uma nova ordem política e social no Futa Djalon. Contudo, após sua consolidação, o novo reino inseriu-se no tráfico negreiro. Agora não mais como vítimas do poder ceddo, mas como vendedores de cativos, produzidos a partir de *jihads* (guerras santas). Seja para defender-se de seus inimigos ou por estarem interessados no lucro do comércio negreiro, o fato é que o caráter revolucionário do movimento se perdeu, transformando-se em uma aristocracia religiosa e militar escravagista.

A expansão da mão de obra escrava no Futa Djalon possibilitou a expansão da produção alimentícia, utilizada para autoconsumo e também exportação para a costa. Este processo de utilização doméstica da escravidão possibilitou a ocorrência uma revolução cultural nesta região. A aristocracia política e religiosa, dispensada dos trabalhos agrícolas por caberem a escravos, pôde dedicar-se a setores letrados, como o estabelecimento de mesquitas e escolas corânicas, nas quais se disseminaram os livros e se desenvolveu a escrita em *fulfulde*, até mesmo traduzindo o Alcorão para torná-lo mais acessível à população local. Esse processo contribuiu com a intensificação e expansão das conversões ao islamismo no oeste africano.

Por fim, o terceiro caso tratado pelo autor diz respeito à revolução muçulmana no Futa Toro. Este planalto está mais próximo da costa e, portanto, da feitoria de Saint Louis e do reino de Cayor. Aqui, os marabutos também se levantaram para lutar contra a escravização de muçulmanos, além de desvencilhar-se de impostos cerealíferos devidos aos mouros da Mauritânia e limitar os saques ingleses, interessados na extração de cativos. A estabilização política do Futa Toro veio acompanhada de tensões com os estados guerreiros vizinhos, como Cayor e Waalo. Ademais, muitos camponeses migraram para o Futa Toro, em busca da proteção que não tinham nos estados sebbe.

Os governantes do Futa Toro investiram em expansão do Estado, fazendo ataques a reinos próximos. Ao atacarem Cayor, este foi suportado pelos franceses de Gorée e Saint Louis, vencendo a guerra contra o Estado muçulmano. Tal apoio se deveu ao fato de que o Futa Toro havia proibido a navegação francesa no curso superior do Senegal e, portanto, o fortalecimento deste reino traria problemas aos negócios franceses na África.

Por fim, Boubacar Barry chama a atenção para o fato de esses Estados revolucionários do Futa Toro, Futa Djalon e Bundu terem sido formados, a princípio, por líderes religiosos e eruditos, preocupados com a expansão da fé islâmica e o exercício da *Shari'a*, combatendo a escravização atlântica e o regime de violência implantado pelos Estados guerreiros.

Contudo, num segundo momento, o poder foi deixado nas mãos de uma aristocracia guerreira, sem compromissos com o saber religioso. Essa elite estava interessada na expansão das fronteiras e na inserção das teocracias no comércio atlântico escravista. Ou seja, as revoluções perderam seu ideal revolucionário em favorecimento da expansão econômica. Embora protegendo os muçulmanos da espoliação causada pelo tráfico, tampouco buscaram cessá-lo. Antes, esforçaram-se para integrar-se a ele.



Após essa apresentação da evolução política da Senegâmbia, Barry conclui que este processo histórico ocidental africano é marcado pela emergência das nações europeias através do oceano. O autor é contrário à perspectiva purista que objetiva “descolonizar” a história da África, tratando os desenlaces históricos vivenciados pelos povos do continente como produtos unicamente de tramas internas. Por seu turno, Barry afirma e prova que a Senegâmbia esteve diretamente ligada ao tráfico atlântico.



Desde a instauração dos regimes *sebbe* até a resistência a eles, o objetivo dos estados que se formavam e esfacelavam era atingir o comércio litorâneo, oferecendo o produto mais cobiçado pelos europeus: escravos.

Entretanto, sua afirmação não é um determinismo histórico, no qual a África figura como produto das vontades e agências europeias. Como o artigo apresenta, houve uma multiplicidade de sujeitos e racionalidades envolvidos na conformação dos processos históricos. Ora os europeus apoiavam as aristocracias guerreiras, ora dedicavam-se aos movimentos islâmicos. Em ambos os casos, estavam interessados na manutenção de sua posição e nos ganhos provenientes do comércio livre, visto que a fragmentação política regional era benéfica a seus interesses por inibir a formação de monopólios africanos. Estes últimos, por sua vez, buscavam superar os limites do mercado ampliando sua área de dominação política, a fim de controlar as vias fluviais e os portos exportadores e, assim, garantir seus interesses no comércio inter-regional.

Finalizando, é preciso notar que o islamismo inseriu-se no oeste africano a partir da expansão de estados guerreiros de outrora e desenvolveu-se por meio de redes comerciais. Contudo, conforme apresenta Barry, esta religião apenas se popularizou no curso do século XVIII, como ideologia de resistência ao poder *ceddo*. As revoluções muçulmanas nos planaltos do Futa Toro, Futa Djalon e Bundu foram importantes para a consolidação do islamismo como religião e força política hegemônica no oeste africano, até os dias de hoje.

A história da África não está apartada do resto do mundo. Ela está intimamente conectada ao mundo atlântico, às transações comerciais com o Oriente Médio, às dinâmicas religiosas e seus engajamentos políticos e sociais e, fundamentalmente, aos interesses das sociedades africanas, gestoras dos processos históricos que vivenciaram ao longo dos tempos.

Leitura Complementar

Texto 01:

Revolução da praça Tahrir põe religião no centro do debate político no Egito

28/11/2011 - 09h03

Sandro Fernandes

Enviado especial ao Cairo

Minorias religiosas temem que país se transforme numa república islâmica baseada na sharia

A revolução egípcia de fevereiro de 2011, que derrubou o regime de Hosni Mubarak, inaugurou uma nova era na história do país e abriu espaço na esfera política para a ascensão de grupos religiosos até então relegados à vida privada da população.

Muitas mesquitas e igrejas serviram como lugares de reunião de manifestantes e, durante os protestos, muçulmanos e cristãos rezaram juntos. 99% dos egípcios se declaram muito religiosos e afirmam que a religião desempenha um papel importante na sua vida diária. No entanto, as religiões tiveram um papel quase inexistente na vida política do país governado por Mubarak. Durante os 20 anos de governo autoritário, apesar das minorias religiosas (Coptas e Baha'i, por exemplo) terem sido marginalizadas, os privilegiados muçulmanos tinham seu poder controlado e limitado.

A campanha eleitoral e os debates para as eleições parlamentares que começam nesta segunda-feira (28/11) colocam em evidência o papel prioritário que a religião tomou no Egito pós-revolução.

Embora a lei egípcia afirme que nenhum partido pode ser criado com base



na religião, a realidade é muito diferente. Partidos, como al-Wasat e o Partido da Liberdade e Justiça (faceta política da Irmandade Muçulmana), têm forte ligação com grupos religiosos. Líderes islâmicos, como Amr Khaled, um famoso pregador de televisão, criaram partidos políticos que refletem seus princípios religiosos, mas assumem o discurso de que estão promovendo a democracia e o processo eleitoral.

Nem todos os grupos religiosos têm a mesma possibilidade de se organizar politicamente. O Papa Shenouda III, chefe da Igreja Ortodoxa Copta, admite que um equivalente cristão das formações partidárias islâmicas é algo irreal e contraproducente. “Dada a história de hostilidade para com os coptas no Egito, um partido não-muçulmano seria considerado radical pela opinião pública”, afirma o líder religioso. E continua: “Estamos apenas aconselhando os coptas a estarem bem informados a respeito do programa de todos os partido”.

Neste domingo (27/11), o Opera Mundi visitou a área copta do Cairo e constatou que, no fim de cada missa, líderes religiosos não somente aconselhavam determinado partido como indicavam em quem os fiéis deveriam votar de acordo com a sua zona eleitoral.

A ideia de um Egito secular, com um modelo inspirado na Turquia, parece longe de virar uma realidade. Uma das polêmicas que sempre voltam à tona no país é a inclusão da religião nos documentos de identidade dos egípcios. “No meu trabalho, todos sabem que sou copta por causa da minha identidade. Apesar de ter um nome neutro, não consigo nenhuma promoção e sempre trabalho mais que os outros. É injusto”, desabafa Sherif Ezzat.

Conseguir a aprovação para reforma de edifícios religiosos não-muçulmanos é uma tarefa quase impossível no Egito atual, assim como a alteração da identidade daqueles que se convertem do Islamismo a qualquer outra religião. “Nosso medo é que os islamitas consigam maioria no Parlamento e que quando decidirem o comitê que vai escrever a Constituição, se baseiem na sharia (lei islâmica). Não quero ir embora do país, mas estou apreensivo com o futuro das minorias religiosas”, afirma Nagui Chehata, professor de francês num colégio bilíngue da capital.

Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br>. Acesso em 26 de maio de 2013.

Questões para reflexão

1. A partir das discussões realizadas nos capítulos 3 e 4, quais os diferentes papéis desempenhados pela religião islâmica no oeste africano, entre seu advento e sua popularização?
2. O tráfico de escravos foi um importante dinamizador das economias dos estados guerreiros africanos. Por que os estados islâmicos do Magreb e Sahel e, posteriormente, as revoluções muçulmanas, posicionavam-se contrariamente a esta prática?
3. No mundo contemporâneo, o ano de 2011 viu o florescer de várias rebeliões no mundo árabe africano, como Tunísia, Líbia e Egito, que destronaram ditadores e buscavam instituir regimes políticos democráticos. Contudo, o ideal da democracia laica nem sempre tem sido aceito e adotado por esses estados. Diante dessas questões, reflita sobre a importância política do islamismo nos estados africanos no norte da África e África Ocidental e as limitações que a Shari'a pode trazer à democracia plena.

Sociedades em contato: transformações na África Centro-Occidental

Texto de referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo e poder: o caso congolês*. In.: _____. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

A presença europeia na costa centro-occidental africana causou modificações políticas, econômicas e culturais nas sociedades residentes na região. Assim como aconteceu no oeste africano, os mercadores lusos (seguidos por outras nacionalidades) dinamizaram as economias costeiras e criaram condições para modificações das relações de poder entre diferentes povos e estados.

Neste capítulo, trataremos de transformações ocorridas na África Centro-Occidental a partir da emergência dos contatos com europeus. Nosso texto de referência é de autoria da professora de História da África da Universidade de São Paulo, Marina de Mello e Souza, e discute o papel desempenhado pelo catolicismo na história do reino do Congo, entre os séculos XV e XIX. O texto é de mais fácil compreensão que aquele de Boubacar Barry, discutido no capítulo anterior, e, por isso, deter-nos-emos menos nos detalhes da narrativa da autora, buscando destacar seus traços fundamentais.

1. As origens do reino do Congo

A formação do reino do Congo se deu em finais do século XIV, a partir da expansão de grupos bantos que dominaram a região. Sua organização política estava centralizada em *mbanza* Congo, capital do reino. Marina de Mello e Souza explica que a divisão fundamental da sociedade congolês era entre *mbanza* e *lubata*. A primeira caracterizava as cidades, onde viviam os nobres que administravam os territórios do reino. Muitos desses nobres eram estrangeiros que haviam conquistado as aldeias locais e edificado o reino. As aldeias, chamadas *lubata*, eram tributárias da *mbanza* e por ela dominadas. Eram ocupadas pela população residente na região à época da conquista pelos fundadores do reino do Congo. O excedente de sua produção era enviado à *mbanza*, que podia ter vida econômica mais diversificada, com setor de serviços operante, por precisar dedicar-se menos à produção agrícola.

A gestão do reino sedimentava-se sobre dois tipos de administradores nas províncias: o braço burocrático do mani (título do “chefe” do reino) ligado à nobreza na capital e desdentes dos invasores; e a elite local, detentora de bens e terra na *lubata*. Nesta, a produção era familiar, ao contrário da *mbanza*, onde havia trabalho familiar e escravo, cujo excedente possibilitou o estado ocioso da nobreza. Foi neste contexto que o comércio com portugueses, a partir do final do século XV, dinamizou a economia da *mbanza*.

Souza chama a atenção para o esforço português em manter monopólio comercial assim que as caravelas aportaram no Congo. Apesar disso, tal monopólio nunca aconteceu.

O controle efetivo do comércio era realizado pelas elites locais, que tratavam diretamente com os mercadores e buscavam atender aos seus próprios interesses. Embora o exercício do monopólio português não fosse efetivo, os dois estados (os reinos de Portugal e do Congo) relacionavam-se por meio de intensa diplomacia, pela troca de presentes entre governantes e envio de embaixadas africanas à Europa e europeias à África.



O reino do Congo permaneceu relativamente coeso entre o final do século XV e meados do XVII, com o exercício do poder pelo *mani*, sediado em *mbanza* Congo, mantendo a unidade do reino com a cobrança de impostos e a formação de uma comunidade política, à qual as pessoas sentiam-se pertencentes.

Logo que chegaram através do mar, os portugueses buscaram estabelecer contatos comerciais com o Congo e manter alianças. Um dos esforços realizados foi a busca pela conversão da corte congoleza. Marina de Mello e Souza afirma que a chegada portuguesa ao Congo causou um aumento do prestígio do *mani* Congo, que estabelecia contato com rei de terras distantes. Esse contato possibilitava a aquisição de mercadorias incomuns na África, que logo passaram a representar status e prestígio social.

Associando as mercadorias portuguesas, sua capacidade tecnológica (navegação, armas de fogo, tecidos...) e o fascínio que suas técnicas exerciam ao poder religioso, o *mani* Congo logo se interessou pela conversão. Sua crença era que, ao tornar-se cristão e cultuar o deus cristão, seria agraciado por ele e possuiria riquezas tais quais os portugueses. Somando interesses religiosos e materiais, o *mani* Congo enviou uma embaixada a Portugal, em 1489, com membros de sua corte interessados em receber o batismo, serem instruídos nos mistérios cristãos e conseguirem apoio dos portugueses no envio de artesãos, animais e produtos, que contribuiriam com a riqueza e expansão do Congo.

Em 1492, os congolezes cristianizados retornaram, com presentes enviados por Portugal, para *mani* Congo. As caravelas portuguesas aportaram na província de *Soyo*, na costa. Ao verem os retornados e os bens que traziam, as pessoas dessa província identificaram o rei português com Nzambi Mpungu, deus supremo na cultura bacongo, divindade maior, que vive no mundo dos mortos. É preciso destacar que, na cultura cristã, o mundo dos mortos é no céu, ou seja, do outro lado das “nuvens”. Já na cultura bacongo, este espaço mítico era concebido do outro lado do mar. Ou seja, as águas marinhas eram o elemento divisor entre o mundo dos vivos e dos mortos. Assim, os portugueses foram concebidos, num momento inicial, como emissários da terra dos mortos, do outro lado da água.



Portugueses e congolezes esforçaram-se para manter comunicação e compreensão mútuas, mas suas analogias tinham significados distintos em seus próprios sistemas culturais, bastante inalterados. Ou seja, os lusos pregavam o cristianismo e acreditavam que os congolezes se convertiam; estes, por sua vez, viam no cristianismo a projeção de sua própria cultura e religião, entendendo a conversão apenas como o acréscimo de novos ritos e crenças às suas tradições.

Em *Soyo*, província litorânea do reino do Congo, o *mani* *Soyo*, representante do *mani* Congo nesta região, desejou ser batizado, juntamente com seu filho, e assim o foi. Novamente, o interesse pelo batismo decorria das “coisas extraordinárias” trazidas pelos portugueses. Ademais, o rito do batismo logo foi incorporado como ratificador de hierarquias, tornando disponível apenas aos nobres e buscando correspondência na estrutura nobiliárquica portuguesa.

Apesar das diferenças entre as culturas e religiões, o encontro foi marcado por analogias: os representantes do catolicismo e da religião tradicional congoleza eram cercados de objetos, gestos e rituais, cerimônias formais e comemorações públicas. Esta estrutura religiosa análoga facilitou a compreensão do catolicismo pelos congolezes. Entretanto, compreenderam-no a partir de seu próprio código cultural, sem rompimento com a religião ou padrões culturais tradicionais.

Esse modelo de interação possibilitou a integração da elite religiosa local ao novo rito. *Mani* *Vunda*, por exemplo, era uma autoridade religiosa bacongo e auxiliou na consolidação do cristianismo ao apresentar uma “pedra em forma de cruz”, que representaria o novo momento que o reino do Congo viveria. Con-



tudo, a cruz indicava mais uma continuidade com a fé tradicional (ao significar a integração entre o mundo natural e o sobrenatural, nas duas pontas do eixo horizontal, separados pelo mar, o eixo vertical) que uma ruptura em favor do cristianismo.



A conversão imediatamente significou apoio político. Mani Congo convertido (que adotou o nome cristão de D. João, igual ao nome do rei de Portugal) necessitava gerir guerras contra vassallos rebeldes a fim de manter seu poder centralizado. Assim, ao adotar o estandarte da cruz cristã, conseguiu o apoio de exércitos portugueses, aumentando sua capacidade numérica e técnica, visto que os portugueses utilizavam armas de fogo, muito admiradas pelos africanos. Seria este o início de uma parceria que se manteria até o século XVII: apoio bélico português, em homens e armas, ao Congo, possibilitando fortalecimento e centralização do reino; em troca do comércio com europeus, sobretudo de escravos.

A Igreja foi concebida por vários autores, como Marina de Mello e Souza e Charles Boxer, como posto avançado da expansão portuguesa. Essa tarefa é exemplificada pelo fato de, à partida da comitiva portuguesa, terem sido deixados vários religiosos, para construírem igrejas, converterem os congoleses e defenderem os interesses da Coroa lusa e da fé cristã no Congo. Nota-se, portanto, o início das relações comerciais capitaneado pelo avanço da fé.

Ao tratar da formação do catolicismo africano, Souza destaca que os congoleses viam sua forma tradicional de reverenciar e se relacionar com os deuses nas práticas desempenhadas pelos missionários. Tratava-se de um “diálogo de surdos”: ambos os grupos não se entendiam, mas acreditavam que a comunicação entre eles era efetiva. Assim, a conversão dada como fato pelos missionários reduzia-se à percepção congolesa de novos ritos vistos como novo meio de lidar com velhos conceitos.

A substituição de objetos sagrados tradicionais por congêneres cristãos, pregada pelos missionários, foi prontamente aceita pela população devido ao seu próprio sistema de crenças. Essa substituição era um fenômeno comum no Congo, uma vez que significava a substituição de um poder por outro, maior e melhor, quando as divindades cultuadas não eram eficazes: não promoviam fertilidade através de chuvas, não garantiam vitórias nas guerras, não conduziam a um estado de paz social.

A substituição de objetos sagrados, chamados minkisi, também estava ligada a disputas entre líderes religiosos e políticos, uma vez que era o poder espiritual que sustentava e sacralizava a soberania do mani. Ao ser compreendida desta maneira, a conversão do mani Congo significava ganhar mais poder, advindo de uma divindade mais poderosa (e comprovadamente mais apta à riqueza e à guerra, visto que acreditavam que as valorizadas mercadorias portuguesas e seu poder bélico decorriam das graças de Deus).

Este sistema de crenças é compreendido pela autora como decorrente de um modelo cultural nomeado por Willy Craemer, Jan Vansina e Renée Fox como **Complexo Ventura-Desventura.**

O conceito **Complexo Ventura-Desventura** é aplicado à concepção circular dos estados de prosperidade e infelicidade. A fase de Ventura é associada a boas condições de saúde, segurança, fertilidade, harmonia. A desventura corresponde às crises de fome e doenças, insegurança e guerras, caos social. Inserida neste sistema, uma religião é aceita se trouxer práticas comuns (conhecidas pela população e que não rompam com sua tradição cultural) e sugerir mais ventura que sua antecessora. Pela outra face, uma religião é substituída quando deixa de garantir ventura às pessoas. A aceitação do cristianismo pelos congoleses insere-se neste quadro de mentalidade: prática religiosa mais poderosa que sua antecessora



2. Reversão e conversão, política na fé

A conversão da corte congoleza ao cristianismo teve diversos desdobramentos, dentre os quais o apoio militar português ao reino do Congo, a manutenção de diplomacia entre os dois reinos (visto que não houve dominação portuguesa no Congo; houve estabelecimento de alianças) e a monopolização do cristianismo pela elite congoleza, transformando a nova religião em *status* social, compreendido de acordo com o Complexo Ventura-Desventura. Contudo, esta primeira conversão não foi duradoura.

Marina de Mello e Souza destaca que a nobreza local pressionou o *mani* Congo a abandonar o catolicismo porque, para este setor, a nova religião havia não superado as mazelas em que o reino se encontrava. Na esteira deste argumento, a autora apresenta outros pontos: ao estabelecer a monogamia, o cristianismo modificava profundamente a organização política congoleza, formada sobre as linhagens familiares extensas decorrentes da poligamia. Além dessa mudança política, a nova religião encontrou oposição entre os líderes religiosos tradicionais, uma vez que se tornavam periféricos com a ascensão do cristianismo e as facções políticas que representavam ficavam enfraquecidas.

Assim, D. João voltou a ser Nzinga Kuvu e, após sua morte, o reino entrou em uma grande crise sucessória. Seus filhos opunham-se em busca do trono: um deles havia se convertido e tornara-se D. Afonso; o outro ficara com a religião tradicional e mantinha o nome Mpazu a Kitima. Apoiado pelos portugueses, D. Afonso venceu seu irmão (que contava com apoio de parte da nobreza e com religiosos tradicionais), tornando-se o rei cristão congolês responsável pelo incremento do comércio de cobre, farta aquisição de mercadorias europeias (distribuídas à elite, em busca de apoio político) e forte desenvolvimento do tráfico escravista.

Embora o rei do Congo tentasse exercer monopólio de Estado sobre o tráfico de escravos, a exacerbação das trocas condicionou a perda do controle. Comerciantes portugueses violavam as regras tradicionais impostas, escravizando até mesmo membros da elite. D. Afonso tentou reforçar o controle sobre o tráfico e, fugindo dos impostos cobrados, os comerciantes portugueses buscaram vias alternativas. Negociando direto com as elites costeiras, os portugueses conseguiam fugir da tributação imposta pelo *mani* Congo e, ao mesmo tempo, aumentavam o poder econômico e político das elites locais costeiras, fragilizando a centralização do reino do Congo em torno de *mbanza* Congo. Uma das principais frentes comerciais abertas pelos portugueses, fugindo do controle congolês, foi o tráfico com o reino do **Ndongo**.

O **Ndongo** era uma província do Congo, localizada ao sul. Com o empoderamento alcançado pela elite local, esta província alcançou independência (embora continuasse formalmente ligada ao Congo) ao receber apoio militar e econômico português. Trata-se da região que, posteriormente, seria nomeada pelos lusitanos como Angola.

A acentuação dos conflitos com comerciantes portugueses e as rebeliões e dissidências de províncias levaram à redução das fronteiras do reino do Congo. O estabelecimento de comerciantes portugueses advindos de São Tomé em Angola também foi fator de peso nessa fragilização. Nesse momento, o Congo encontrou apoio em comerciantes holandeses, reduzindo a presença portuguesa em suas terras. Os lusos, então, concentraram-se no Ndongo, transformando este reino na colônia de Angola. Buscando retomar seu poder, o *mani* Congo declarou guerra contra Angola que, ao contar com o apoio português e ter em suas fileiras soldados da etnia Jaga, famosos por sua origem e intenso treinamento militar, venceu a **batalha de Ambuíla** e selou o fim do “grande reino do Congo”, em meados do século XVII.



Diante deste quadro, Marina de Mello e Souza, dialogando John Thornton, Jan Vansina e outros, argumenta que a fragilização do reino do Congo decorreu de fatores internos e externos. Em relação ao primeiro ponto, destaca as rivalidades entre mbanza Soyo e mbanza Congo (também chamada de São Salvador), devido ao fortalecimento de Soyo por meio do comércio em seus portos e o aumento da riqueza produzida nesta cidade pela concentração de escravos. A derrota na **batalha de Ambuíla** (ou Mbwíla) e as lutas entre diversas linhagens de nobres, em busca de novas articulações, também foram importantes nesta fragmentação. Da perspectiva externa, a autora chama a atenção para as profundas transformações causadas pelo tráfico atlântico de escravos, que modificou as relações comerciais e políticas regionais, ao transformar as províncias costeiras em vértices fundamentais do comércio.

Neste contexto de decadência do reino do Congo, surgia, no começo do século XVIII, a seita dos Antonianos. Tratava-se de um movimento cuja base era a religiosidade coletiva, em oposição às práticas individualistas cristãs. A seita era liderada por Beatriz Kimpa Vita, mulher que tivera educação religiosa e, realizando um sincretismo entre catolicismo e a religião tradicional local, afirmava ser possuída por Santo Antônio. Por meio do santo, ela pregava a reunificação e pacificação do reino do Congo. Souza chama a atenção para o esforço dos Antonianos em reestabelecer um ciclo de ventura, superando o cristianismo. A religião cristã era interpretada como causadora de guerras e sofrimentos, por estimular a escravidão e o tráfico atlântico, percebidos como as raízes dos males vivenciados pelo reino.

Kimpa Vita apoiava uma facção política tradicionalista, aspirante ao trono do Congo e que buscava reunificação do reino. Ao propor a substituição dos objetos e ritos cristãos por outros e contestar a liderança religiosa dos missionários cristãos, o movimento foi classificado pela Igreja como herético e sua líder sofreu intensa perseguição. A contestação dos missionários justificava-se por eles apoiarem as elites locais envolvidas com o tráfico. Estas, por sua vez, posicionaram-se contrariamente aos Antonianos. Escorados no poder econômico subsidiado pelo tráfico, os nobres e a Igreja foram vitoriosos e, em 1706, Kimpa Vita foi queimada em fogueira, como herege.

Poder político e poder religioso foram fatores inter-relacionados na história centro-ocidental africana. A emergência do cristianismo foi elemento importante na concepção do desenvolvimento da religiosidade local e sua mobilização por diferentes facções políticas. Além de apresentar essas narrativas, Souza mostra como a mistura entre elementos tradicionais locais e influências lusitanas esteve presente na legitimação do poder político de reis, tanto pela busca de ritos aos ancestrais como por práticas cristãs. A religião era compreendida como fonte de poder por ser a ela que a sociedade congoleza (e portuguesa, à época) recorria para legitimar o poder real: cabia aos religiosos, missionários ou tradicionais, entronar os reis, o que os tornava peças fundamentais no xadrez político africano.

Interessada em estudar a festa de Coroação de Rei Congo no Brasil, Marina de Mello e Souza conclui seu texto apontando a presença de vários elementos da religiosidade congoleza tradicional e seu catolicismo *sui generis* nas festas brasileiras. A nós, entretanto, cabe destacar o papel do encontro entre povos e culturas e as transformações vivenciadas no continente africano.



O estabelecimento do tráfico negreiro, o desenvolvimento do comércio e a expansão da fé católica foram elementos de grande valor na formulação de políticas, alianças, acordos, guerras e independências entre os vários sujeitos históricos africanos. Perceber as elites congolezas como agentes nestes processos, que aceitavam ou recusavam o cristianismo em favor de seus interesses particulares e de grupo é fundamental à análise da dinâmica histórica africana.



Neste curso, trabalhamos com a ideia de que a história africana tem suas questões internas e próprias ao continente. Contudo, a análise destas últimas não nos impede de perceber como a emergência europeia na costa atlântica foi fator preponderante na rearticulação política, econômica, social e cultural das regiões ligadas ao tráfico. Ao discutir as transformações ocorridas nas regiões Ocidental e Centro-Ocidental do continente africano, é imprescindível perceber as articulações locais sob a influência externa. Porém, essas articulações não podem ser vistas como meros reflexos da ação e dos desejos europeus. Os africanos defendiam suas próprias causas; suas elites buscavam controlar o comércio, e a escravidão mobilizava interesses locais e externos, tanto quanto gerava oposições, facções e conflitos. No capítulo seguinte, discutiremos pormenorizadamente a natureza das relações comerciais e políticas entre África e Europa.

Leitura Complementar

Texto 01:

Especial Gilberto Freyre 110 anos - A nossa África

Em visita ao continente, Freyre pôde ver de perto o que antes só conhecia pelos livros

Alberto da Costa e Silva
19/11/2010

Em 1843, durante um debate no Senado sobre o tráfico negreiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) argumentou que o Brasil necessitava de escravos africanos porque a África civilizava a América. Antes e depois dele, houve algumas vozes, em geral discretas, que apontaram a influência africana sobre certos aspectos da vida brasileira. Tardaria, porém, quase um século para se ler em Pandiá Calógeras (1870-1934), na sua *Formação Histórica do Brasil* (1930), que tinham sido os negros que introduziram a metalurgia de ferro em Minas Gerais, em forjas africanas e com técnicas africanas.

Três anos mais tarde, em 1933, em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre salientaria a importância da bagagem de experiências de vida nos trópicos trazida pelos africanos para o Brasil. A ênfase deles estava nas técnicas de produção econômica; no preparo do ferro; na mineração do ouro e na ourivesaria; na agricultura; na criação extensiva do gado; na tecelagem e no trabalho do couro e da madeira.

Em seu livro, Freyre mostrava que o negro, ou seja, a África, estava dentro de cada brasileiro, entranhada nos seus modos de vida, em casa e na rua, na infância, na juventude, na maturidade e na morte.

Para Freyre, a África era coautora do Brasil. Mas a África que ele conhecia era a que os escravos trouxeram consigo e a que lhe chegara pelas leituras – e tinha então em sua estante não mais do que uma ou duas prateleiras com livros sobre o continente africano. Na África, havia estado apenas em Dacar. E só muitos anos depois da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, visitaria aquelas partes do continente sob o domínio de Portugal, atendendo a um convite que lhe fez, em 1951, o governo de Lisboa. Dessa viagem a Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé e Moçambique, fez um belo relato em *Aventura e rotina* (1953), no qual fica evidente que as autoridades coloniais não deixaram que demorasse o olhar sobre o que mais lhe interessava. Não andou sozinho por parte alguma. Parecia que tinham a intenção de que não visse a África e os africanos, mas tão somente o que se fizera português na África. Algumas vezes teve de pedir paciência a seus guias e acompanhantes para ver melhor o que para estes não passava de um vilarejo de pretos, para conversar com um soba (nome dados aos chefes africanos)



ou desenhar um penteado de mulher.

A exceção deu-se em Moçambique, porque Freyre se desentendeu, logo à chegada, com o governador português e, graças à ausência de solicitude deste, pôde ver o que não estavam interessados em mostrar-lhe: a riquíssima multiplicidade de culturas da ilha que deu o nome ao país. As formas, as cores e os perfumes da África do Índico entraram-lhe alma adentro. Nessa ilha pequenina, viam-se lado a lado, conciliados, conflitantes ou até mesmo confundidos, prédios, móveis, vestidos, comidas e modos de ser da África, da Arábia, da Pérsia, da Índia, da Indonésia, de Portugal e do Brasil. Freyre deslumbrou-se com tudo, mas principalmente com as mulheres, nas quais - as palavras são dele, em *Aventura e rotina* - a mestiçagem alcançava “vitórias esquisitas de beleza e graça nas formas, nas cores, no sorriso, na voz e no ritmo do andar”. Não podia ele deixar de ver nisso uma prova de que estava correta a sua teoria do lusotropicalismo. Na verdade, porém, a mestiçagem étnica e cultural em Moçambique antecipara de muito a chegada dos portugueses. O seu início datava de mais de 2.500 anos e envolvia bantos, somalis, etíopes, árabes, persas, guzerates, cholas, malabares, cingaleses, javaneses e muitos povos mais.

Mesmo em Angola, apesar dos antolhos que nele puseram, não lhe escaparam muitas coisas. E emocionou-se com várias delas. Por exemplo, com as lápides no cemitério dos brancos em Moçâmedes, nas quais leu que este, e aquele, e aquele outro haviam nascido em Pernambuco. Eram os filhos brasileiros dos portugueses, muitos deles já abasileirados, que fugiram do Recife, na metade do século XIX, por causa das perseguições antilusitanas, e foram, pode-se dizer, refundar aquela cidade entre o mar e o deserto. Mas foi o cemitério dos negros - posteriormente objeto de um opúsculo, Em torno de *alguns túmulos afro-cristãos* - que o fascinou, como uma mistura de tradições de sepultamento africanas e europeias. Nas lápides pintadas com cores vivas, via-se uma cruz de desenho complicado, tendo abaixo, em relevo, figuras humanas, como a *Madona com o Menino*, ou um grupo de pessoas a olhar-nos de frente, ou, ainda, os instrumentos de trabalho do morto (martelo, serrote, alicate, no caso de um carpinteiro), tendo à frente um vaso para recolher a comida e a bebida que se ofertavam periodicamente ao morto.

Gilberto Freyre se interessava principalmente pela África que havia no Brasil. Não deixou, contudo, de fascinar-se com aquela África que, abasileirada, atravessou de volta o Atlântico. Quem dela lhe deu as mais pormenorizadas e entusiásticas notícias foi o fotógrafo e etnólogo Pierre Verger (1902-1996). Com base em suas informações, Freyre escreveu os textos que acompanharam as fotografias de Verger numa série de reportagens publicadas, em 1951, na revista *O Cruzeiro* e que, reelaborados, dariam um ensaio brilhante sobre os ex-escravos que regressaram à costa ocidental da África e ali criaram as comunidades de brasileiros, também conhecidas como agudás ou amarôs.

Nas duas ou três ocasiões em que lhe contei o que vira e vivera em minhas viagens pela África, ele se inclinou na minha direção, a fim de ouvir melhor. E animou a conversa com sua curiosidade inesgotável. Mais de uma vez, não escondeu a frustração por não ter voltado ao continente africano, não só para aprender mais sobre o que o Brasil devia à África, mas também para conhecer Tombuctu, Ajudá, Abomei, Lagos, Kano, Zanzibar e as igrejas escavadas na pedra da Etiópia.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em 26 de maio de 2013.



4. Questões para reflexão

1. Defina o conceito Complexo Ventura-Desventura e explique o papel ocupado pelo cristianismo na cultura bacongo.
2. Por que os congoleses interessaram-se pela religião trazida pelos portugueses? Quais motivações africanas não foram percebidas pelos missionários cristãos? Por quê?
3. Qual o papel da fé cristã na legitimação do tráfico de escravos? Como a nobreza local ingressada no tráfico escravista relacionava-se com o cristianismo?
4. O texto de Alberto da Costa e Silva apresenta algumas reflexões de Gilberto Freyre, ao visitar as colônias portuguesas na África. Sabendo que a maioria dos países africanos apenas libertou-se da dominação europeia na segunda metade do século XX, elabore uma dissertação relacionando os interesses das elites locais e o papel da cultura e religião na manutenção do controle europeu sobre a África.

Comércio e política entre África e Europa

Texto de referência:

THORNTON, J. *O desenvolvimento do comércio entre europeus e africanos*. In.: _____. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

John Thornton é doutor em História, professor na Universidade de Boston e um dos grandes especialistas em História do Congo. No livro *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*, ele faz uma abordagem mais ampla acerca da diáspora africana pelo atlântico, destacando as relações sociais e políticas estabelecidas entre Europa e África, na primeira parte, e os desenlaces da presença africana na América, na segunda. Nosso estudo centra-se no capítulo 2, no qual Thornton analisa as relações comerciais e políticas estabelecidas entre os estados europeus e africanos, entre os séculos XV e XVIII.



A abordagem do autor insere-se num debate historiográfico preocupado em compreender o papel desempenhado pelas sociedades africanas nas trocas atlânticas, durante a Idade Moderna. Ao contrário do historiador guianense Walter Rodney, que defende a tese de que o estabelecimento da economia colonial condicionou o subdesenvolvimento econômico do continente africano, Thornton acredita que as elites africanas tiveram papel ativo e autodeterminado nas transações econômicas com países europeus.

Thornton trabalha com variados tipos de fontes: registros feitos por navios mercadores, relatos e descrições de viagens, estatísticas demográficas, listas de importações e exportações de Companhias de Comércio e guias comerciais. Como metodologia, o autor elabora cálculos estatísticos e econômicos, buscando perceber a escala de produção, importação e consumo africanos de tecido e ferro, em contrapartida à oferta europeia. Por meio desse procedimento, ele defende a tese de que as relações entre Europa e África foram pacíficas e o comércio se desenvolveu sem beneficiar atores nacionais ou regionais específicos.

Thornton inicia sua argumentação analisando dois pressupostos acerca do papel da economia africana no comércio Atlântico. A primeira premissa afirma ter havido um atraso da África na produção de bens manufaturados. Já a segunda afirma a dominação comercial europeia, por monopólio ou dominação direta, condicionou o atraso no desenvolvimento técnico das economias e indústrias africanas.

Diante dessas premissas, consideradas como ponto de partida para muitos trabalhos acerca da história africana, John Thornton faz algumas considerações. Em sua opinião, comparar o desenvolvimento econômico e comercial africano atual e os eventos ocorridos entre os séculos XV e XVIII não tem sentido. Trata-se de uma atitude teleológica que não ajuda em nada na compreensão dos processos históricos africanos. O que suas pesquisas constata é que, no período estudado, a África provia, em muitos casos, suas próprias necessidades: a produção de ferro e tecidos e os principais bens manufaturados envolvidos no comércio com a Europa eram suficientes para sua demanda, sendo apenas complementados pelos produtos importados dos países europeus.

Os produtos europeus que chegavam ao mercado africano não correspondiam a mercadorias essenciais, uma vez que a indústria africana supria essa demanda. Tratava-se de tecidos, mercadorias de metal (matéria-prima e peças trabalhadas), moeda (cauri) e bens não utilitários, como joias, brinquedos, curiosidades, bebidas alcoólicas. Thornton afirma ter existido uma importação funcional, motivada por extravagâncias que objetivavam expressar o status das elites africanas diante de seus súditos. Para manter modismos e um requintado gosto por “variar” tecidos e bens não utilitários, era preciso que essas elites



tivessem uma boa sustentação econômica que as permitisse comprar bens ao mesmo tempo caros e sem valor objetivo a ser aplicado na esfera produtiva ou na acumulação de riquezas.



O que esses argumentos nos mostram é que, na concepção de Thornton, a África não estava em condições subalternas em relação à Europa, o que é demonstrado pela expressiva extensão do mercado doméstico africano.

2. Exportação de ferro

Apresentada sua tese, o autor segue para explicá-la pontualmente. A contestação da primeira premissa, que afirma o atraso africano na produção de bens, é feita através de estudos acerca do mercado de ferro e tecidos. Os africanos importavam barras de ferro da Europa, o que claramente indica a existência de tecnologia suficiente para trabalhar esse material, produzindo bens de interesse interno. O ferro exportado para África vinha, majoritariamente, de países de religião protestante, porque tal exportação era proibida pela Igreja. O papa acreditava que a venda de material bélico a infiéis poderia comprometer a expansão da cristandade, uma vez que essa se dava tanto pela cruz quanto pela espada.

Não estando sujeitos às determinações papais, os protestantes inseriram-se nesse mercado, destacando-se os holandeses e ingleses. Portugal possuía poucas jazidas de ferro, importando o material de outras regiões europeias e d'além-mar. Contudo, os portugueses agiam como atravessadores, comprando o mineral produzido na Serra Leoa e vendendo-o noutras partes, como na Senegâmbia.

Porém, a produção de ferro na África era bem conhecida em sua extensão e qualidade. Datada em aproximadamente 600 a. C., a metalurgia africana utilizava tecnologias que se desenvolveriam na Europa apenas no século XIX. As principais regiões produtoras de ferro estavam localizadas na zona norte da floresta tropical, entre as savanas e a floresta. Essa região oferecia os recursos fundamentais à metalurgia: madeira, para fornalhas; minério de ferro e água, para produção e transporte da mercadoria. Contudo, a localização interiorana encarecia o transporte para regiões periféricas. Conforme vimos no capítulo anterior, a costa atlântica foi periférica na África até meados do século XV, quando a presença comercial europeia rearticulou as relações econômicas, dando nova ênfase à região. Esses custos é o que tornava viável a importação de ferro europeu, muito embora este fosse de qualidade bastante inferior àquele africano.

Para exemplificar a dimensão da produção africana, Thornton recorre a estatísticas e estimativas do uso do ferro por unidade familiar, analisando a demanda regional pelo produto, excluindo uso militar. Considerando um contingente populacional de **1,5 milhão de pessoas** e uma média de cinco pessoas por família, Thornton alcança a cifra de 300 mil famílias. Considerando o uso doméstico do ferro (machados, enxadas, foices, lanças, facas), calcula-se aproximadamente 2 quilos por família. A esses valores, é somada uma taxa de reposição: para o ferro africano, a reposição se dava a cada dois anos; para ferro europeu, a cada 4-6 meses.

Thornton trabalha com estimativas de **1,5 milhão de pessoas** residentes no oeste africano. O autor chegou a este índice por meio de estatística demográfica. Algumas regiões possuíam dados acerca da densidade populacional. De forma simples, o cálculo populacional produzido é a proporção entre a área da região que se conhecia os dados de população e a área total da macrorregião analisada. Trata-se, portanto, de procedimento estatístico e não dado exato.



Os tecidos são analisados de maneira semelhante. A produção de têxteis difere-se da metalurgia pela facilidade de fabricação: panos podem ser feitos em qualquer lugar. Assim como o ferro, os tecidos africanos tinham alta qualidade funcional, reconhecida por viajantes e cronistas europeus, e era feito a partir de fontes não algodoeiras, como cascas de árvores. O reino do Congo era conhecido como grande produtor de tecido, muitas vezes, comprado pelos portugueses para serem revendidos em Angola. Thornton afirma que a produção do Congo era similar, em quantidade, à holandesa.

Novamente, o autor faz uso de cálculos estatísticos para avaliar o padrão de consumo estimado. Partindo de descrições de vestimentas de homens e mulheres, em fontes e gravuras de viajantes e comerciantes, o autor calcula que as roupas utilizadas por um homem consumiam, em média, de 3 a 4 metros de tecido. Já as femininas eram produzidas, em média, com 4 ou 5 metros de tecido. Produzindo estimativa para Costa do Ouro, como população média de 1,5 milhão de pessoas, sendo 750 mil adultos, e considerando a duração média da roupa em dois anos, o autor chega ao consumo médio de 1 metro de tecido por ano/pessoa, ou seja, 750 mil metros de tecidos anuais.

A **demanda por ferro** é calculada da seguinte maneira: **demanda = famílias x ferro / ano**. Assim, a demanda por ferro africano era aproximadamente de 300 toneladas por ano, ao passo que pelo ferro europeu, estava próxima a 1.200 toneladas por ano. Contudo, os dados disponíveis indicam que a Europa exportava apenas, em média, 150 toneladas de ferro para a África. Esse total corresponderia a apenas 12,5% da demanda africana, considerando a qualidade e durabilidade do ferro europeu. Assim, todo o restante era suprido pela indústria africana, o que aponta o caráter complementar da importação europeia. E tudo isso sem se considerar o ferro utilizado nas atividades guerreiras, cujo consumo também era alto



Diante desse quadro, as fontes analisadas por Thornton indicam que a exportação de tecidos europeia e asiática para África era, anualmente, próxima de 20 mil metros de tecido. Ou seja, a importação supria aproximadamente 2% da demanda africana, conforme cálculo do autor. E isso sem se considerar outros usos para tecidos além de vestimenta.

3. Outros produtos

O interesse africano nos panos importados estava ligado ao prestígio (cores, desenhos, texturas e formas pouco comuns). Assim o preço era determinado pelo valor simbólico, geralmente mais elevado que o de mercado. Thornton também observa que as regiões produtoras de tecidos eram aquelas que mais importavam da Europa e também exportavam sua produção para lá. Diante de tais dados, percebemos que o mercado têxtil africano era bem desenvolvido, complexo e formado por alto padrão de consumo. Em muitos casos, os tecidos europeus eram desfiados na África e entrelaçados pela produção local, como em Aladá, e posteriormente comercializada no mercado atlântico.

O comércio de contarias é incluído na listagem de Thornton, que destaca o uso das peças como bens de luxo e prestígio, utilizados como joias. Enfim, o autor argumenta que “todos esses fatos demonstram que o comércio afro-europeu não pode ser visto como simples troca de produtos essenciais para suprir as carências de uma economia deficitária” (THORNTON: 2004, 98).

Por outro lado, o autor chama atenção, brevemente, para os **produtos africanos comercializados com Europa**: tecidos, esteira de palha, produtos de refinado gosto artístico (como o marfim afro-português). Nesse ponto, percebemos o déficit da balança comercial africana, acenando para o aspecto antieconômico do comércio praticado com a Europa. Ainda assim, Thornton conclui que esse comércio não se baseava na necessidade, uma vez que a África supria suas próprias carências. Na opinião do autor, a prática mercantil não espoliou linhas de produção africanas, não impediu o desenvolvimento da produção local e, portanto, não se tratava de comércio destrutivo.



Após essa análise, o autor se propõe a questionar a segunda premissa apresentada no início de seu capítulo: aquela que trata das causas do “atraso” técnico e econômico africano, causado pela dominação europeia e pelo regime de monopólio. Analisando o mercado e os estados no comércio atlântico, Thornton acredita que, embora os europeus não tenham saqueado a África, as relações se deram em situações de desigualdades em questões organizacionais.



Os mercadores dos países da Europa possuíam uma noção mais elaborada de lucro, organização comercial melhor estruturada e operavam uma restrição de exportações, de forma a tentar criar um monopólio parcial.

Contudo, Thornton assevera que os governantes não teriam condições de controlar o comércio de longa distância. Contudo, suas reivindicações de controle poderiam gerar outras forças, distorcendo o mercado e gerando lucro especulativo para africanos e europeus. Assim, ele destaca que ambos os lados buscaram eliminar a competição, como recurso para maximização dos lucros. Para os estados envolvidos nas trocas comerciais, a preocupação central não é o lucro da iniciativa privada, mas sim o aumento de suas receitas, uma vez que os comerciantes agiam sob o regime de contratos. A reivindicação dos estados era que o comércio fosse realizado a partir de agentes assalariados, com produtos taxados, além de tributos e produções controladas.

Da parte da Europa, o Estado buscava exercer poder sobre o mercado, por meio das Companhias de Comércio, como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e a French Senegal Company. Enquanto a negociação a partir de particulares na Europa precisava ser desenvolvida por meio de impostos e taxações sobre os produtos, as elites africanas realizavam suas arrecadações por presentes e visitas de cortesias, nas quais os governantes locais determinavam as condições do comércio em sua terra e seus benefícios particulares nesta prática.

Os estados europeus, sobretudo Portugal, tentaram exercer monopólio nas trocas comerciais com a África. Tratava-se de uma forma de distorcer o mercado em favor da Europa, na qual o teto máximo dos produtos seria o preço fixado pelo comércio interno africano.

Contudo, essa tentativa foi frustrada por vários motivos. Por um lado, outras potências estrangeiras buscaram comerciar na costa da África, não respeitando as imposições e monopólios recíprocos, destacadamente aqueles demandados pelos portugueses. Por outro, os próprios agentes locais das coroas europeias competiam entre si, reduzindo o controle estatal. Thornton chama atenção para o papel desempenhado pelos agentes portugueses (funcionários portugueses ou comerciantes particulares, com ou sem licença – como lançados e tangomaos), que estavam mais interessados em seus proveitos próprios que nos ganhos da Coroa lusa.

Outra fragilidade para a formação de monopólios era a natureza do comércio de longa distância. Tratava-se de modalidade onerosa, perigosa e arriscada. O custo da fiscalização era alto, representado no envio de funcionários, formação de burocracia administrativa e funcionários mais interessados em seus próprios rendimentos que em fiscalizar a arrecadação régia. Diante dessas dificuldades, a Coroa preferiu negociar seus direitos com particulares e ter rendimentos fixos, embora essa postura pudesse variar, dependendo do preço dos produtos (ouro e escravos eram produtos que, por vezes, foram resguardados para exploração exclusiva da Coroa, por exemplo).



4. Concorrência estrangeira X monopólio português

Um dos maiores desafios encontrados pela Coroa portuguesa na gestão de seus interesses na Guiné foi a presença de Lançados e Tangomaos. Trata-se de comerciantes portugueses, muitas vezes **cristãos-novos/judeus** lançados à própria sorte no continente africano, sem o respaldo da Coroa e sem prestar-lhe contas de suas transações (e, por isso, chamados lançados ou *tangomaos*).

Em 1608, já existia uma comunidade sefardita no Porto de Ale. Vindos da Flandres, seus membros eram **cristãos-novos portugueses** que haviam fugido para a Holanda, escapando da perseguição aplicada pela Inquisição lusa, e lá se reconverteram à sua fé ancestral. Ameaçados pelos cristãos residentes nas terras africanas e pela população de Cabo Verde, esses “judeus públicos” encontraram acolhimento junto aos soberanos africanos, que prezavam pela “feira franca” e pelo estado pacífico de suas terras. Suas relações com a Holanda favoreceram a entrada de comerciantes holandeses na África Ocidental, às expensas da pretensão portuguesa de exercer monopólio naquela região.

Vindos de Cabo Verde, esses homens começaram a estabelecer-se na Guiné e a articular redes de comércio que deixavam o arquipélago, centro do controle lusitano na África Ocidental, à parte do circuito. Eles casavam-se com mulheres locais, muitas vezes filhas de governantes africanos, e ocupavam postos importantes nos estados da África Ocidental. Articulando suas próprias redes comerciais, passavam a concorrer com o Estado português. Apesar dos esforços da Coroa para supervisionar os portugueses na África, eles agiam localmente, interagindo com as comunidades africanas e restringindo a participação de Portugal no comércio.

A concorrência estrangeira foi outro fator limitador do monopólio português e de demais estados europeus. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais logo se inseriu nas redes mercantis, sobretudo por meio dos **cristãos-novos portugueses** que, com o apoio da comunidade judaica holandesa, alcançavam a costa africana e ligavam-se ao mundo atlântico com os mercadores localizados nos Países Baixos. A guerra dos Oitenta anos, travada entre Espanha e Holanda (1568-1648) logo atingiu Portugal, unindo a corte castelhana no contexto da União Ibérica (1580-1640), que viu seu patrimônio ultramarino ameaçado. Declarando guerra a Portugal, os holandeses ocuparam as duas margens do Atlântico português, conquistando Pernambuco, na América, e Angola, na África, além de se inserir fortemente nos mercados do ocidente africano.

A busca holandesa por hegemonia fragilizou os esforços portugueses em manter monopólio sobre os mercados africanos. Para os comerciantes costeiros daquele continente, tratava-se de mais um parceiro comercial, que lhes davam mais mobilidade para definir seus preços e suas práticas mercantis.

Analisando o lado africano, percebemos que os estados da África também não foram capazes de exercer monopólio sobre o comércio.



Os governantes locais impuseram barreiras e obstáculos legais e técnicos entre mercadores europeus e compradores africanos. A obrigatoriedade do oferecimento de presentes às elites e pagamento de impostos foram estratégias que utilizaram para se beneficiar do comércio, muitas vezes exercido por particulares. A participação dos estados no comércio era marcada pela participação de seus funcionários que deveriam representar seus interesses.

Contudo, os agentes dos estados africanos aproveitavam-se da complexidade das relações políticas locais e buscavam benefícios próprios, estabelecendo-se como poderosos nas regiões comerciais.

Os governantes africanos impunham aos europeus demoradas negociações, nas quais buscavam ser os primeiros e maiores beneficiários do comércio. Essas



negociações visavam ao estabelecimento de redes de reciprocidade: alcançados seus objetivos, os governantes retribuía com presentes valiosos e concessões a seus mercados. Com concessões a agentes privados, os estados africanos subsidiaram o desenvolvimento de uma burguesia local, em grande parte dependente do Estado. Assim, aqueles comerciantes africanos desfavorecidos pelo Estado, não hesitavam em fugir dos monopólios locais e estabelecer outras redes comerciais que lhes oferecessem maiores ganhos.

Diante desse quadro de questões, Thornton caminha para a conclusão de seu texto, apontando que o esforço dos estados pelo controle do comércio era marcado pela distorção do mercado, buscando aumentar suas rendas. Contudo, a presença de comerciantes particulares reduziu o impacto potencial do controle exercido por esses estados que, embora fossem beneficiários silenciosos, não inibiram a formação de comércio competitivo. Ao fim, o autor afirma que a multiplicidade de agentes, tanto europeus quanto africanos, não permitiu que o monopólio se efetivasse em nenhum dos lados. O comércio, portanto, ocorreu sem beneficiar atores nacionais ou regionais específicos “e com certeza, não os europeus à custa dos africanos” (THORNTON: 2004, 121).

5. Leitura Complementar

Texto 01:

Lula propõe livre-comércio entre Mercosul, África e Índia

Em visita à África do Sul, presidente afirma que “grupo criará a maior área de livre-comércio do mundo”.

Agência de notícias EFE
17 de outubro de 2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs nesta quarta-feira, 17, a criação de um acordo trilateral de livre-comércio que inclua os países do Mercosul, a África do Sul e a Índia. “Esse grupo criará a maior área de livre-comércio do mundo”, afirmou Lula no discurso de abertura do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), realizado em Pretória. “Será um grande espaço econômico do Sul”, acrescentou.

Lula, o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, participam desta edição do Fórum Ibas, grupo criado em 2003 para unir os três países em negociações com os países mais ricos.

Durante a abertura da cúpula, o presidente brasileiro insistiu na necessidade de as três nações manterem uma cooperação cada dia mais estreita.

Para isso, Lula afirmou que tentará atrair os outros integrantes do Mercosul para assinar acordos comerciais com os dois países. Ele pediu que Mbeki faça o mesmo com os países da União Aduaneira da África Austral (SACU, que reúne África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia), enquanto a Índia se uniria individualmente.

Segundo Lula, esse espaço econômico reuniria 1,5 bilhão de pessoas e mais de US\$ 2 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB). “Sei que conto com o apoio do presidente Mbeki e do primeiro-ministro Singh”, afirmou em discurso.

Lula chegou na noite de terça-feira a Pretória, na África do Sul, na terceira etapa de uma viagem pelo continente africano que o levou antes a Burkina Fasso e à República do Congo e que termina nesta quinta em Angola.

O presidente insistiu na necessidade de unir esforços para avançar rumo à reforma das instituições das Nações Unidas, que sem isso correm o risco de perder credibilidade. Entre as mudanças propostas está a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, para representar melhor os países em desenvolvimento.



Lula ressaltou as vantagens do grupo reunido nesta quarta para defender as posturas desses países diante das nações industrializadas. “Nossos acordos de cooperação têm um impacto nos países pobres. Não beneficiaremos só os nossos países, mas toda a humanidade”, disse.

O presidente Mbeki também se mostrou favorável à expansão e ao fortalecimento do Ibas, e a colocar em prática as ideias que estão surgindo dentro do grupo.

A ideia de estender aos outros países das regiões representadas acordos múltiplos de livre-comércio também foi defendida pelo primeiro-ministro da Índia.

Disponível: <http://www.estadao.com.br/noticias>. Acesso em 20 de maio de 2013.

6. Questões para reflexão

1. Por que Portugal não foi capaz de estabelecer monopólio nas relações comerciais com a costa africana?

2. Quais os interesses das elites locais africanas no desenvolvimento do comércio e quais as estratégias adotadas por elas?

3. Aponte a metodologia utilizada por John Thornton para comprovar o desenvolvimento das indústrias metalúrgica e têxtil africanas.

4. Um dos objetivos da política externa brasileira contemporânea, nos governos Lula e Dilma, é estabelecer parcerias econômicas com os países em desenvolvimento. O sistema de cooperação internacional Sul-Sul pretende criar um espaço econômico especial diante da abertura de mercados nacionais aos países aderentes ao acordo. Diante desta situação, realize uma pesquisa destacando os principais produtos de exportação e importação dos países integrantes da União Aduaneira da África Austral e do Brasil. A partir desses dados, analise as possibilidades de complementaridade econômica entre esses países e os principais beneficiados pela política econômica proposta pelo Brasil.

A presença britânica no oeste africano oitocentista

Texto de referência:

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *Contextualizando o espaço do autor*. n.:_____. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda. 2010.

No capítulo 6, vimos que tanto europeus quanto africanos esforçaram-se para exercer monopólio sobre o comércio costeiro na África. Portugal tentou controlar a área e deslocar uma burocracia para garantir os rendimentos da Coroa, mas suas tentativas fracassaram. O mesmo dispêndio foi realizado por soberanos africanos, que também lançaram mão de enviados próprios e agentes reguladores do comércio costeiro, mas sem o sucesso pretendido. John Thornton nos disse que, apesar dos esforços dos governos locais e europeus, o mercado formou-se pela competição.

Se ao longo dos séculos XV a XVIII o regime de monopólio foi buscado por várias nações europeias e considerado como o grande meio de manutenção de uma balança comercial favorável, no século XIX as relações com o mercado se transformavam. Neste capítulo, analisaremos algumas transformações ocorridas no espaço econômico e político ocidental africano a partir da presença e interesses dos ingleses.

Nosso texto de referência é um capítulo da tese de doutorado de Alexsander Lemos de Almeida Gebara, transformada em livro sob o título *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio, 1861-1865*. Alexsander Gebara é graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e obteve os títulos de mestre e doutor em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

1. O PERSONAGEM E O AUTOR

O personagem principal do trabalho de Gebara é Richard Francis Burton: um oficial inglês que serviu na Índia, durante a ocupação britânica, e que se tornou um dos grandes exploradores e viajantes ingleses. Além de atuar na Índia, Burton viajou a Meca disfarçado de muçulmano, foi à costa oriental africana e envolveu-se na missão de buscar a nascente do rio Nilo, no interior da África - mas não obteve sucesso. Burton atuou ainda como cônsul inglês na África ocidental, entre 1861-1865, justamente o período que compreende o objeto de estudo de Gebara.

Gebara nos diz que a relação inglesa com a costa ocidental africana, nas décadas iniciais do século XIX, assentava-se sobre a colônia de Serra Leoa, a atuação da marinha britânica combatendo o tráfico de escravos e o esforço em promover o “comércio lícito”, negociando produtos em detrimento de mão de obra escravizada. O principal interesse inglês nessa região era o óleo de palma (óleo de dendê) a ser utilizado na lubrificação de máquinas na Inglaterra que se industrializava.

Junto com a expansão do “comércio lícito”, era interesse da Inglaterra abrir os rios africanos à navegação internacional, uma vez que as principais fontes dos produtos exportáveis encontravam-se no interior do continente. Nesse momento, ideologias humanitárias que se difundiam na Inglaterra defendiam que o comércio e a pregação cristã seriam as garantias de “civilização” da África.

Essas ideologias exerciam forte influência sobre o governo inglês e subsidiavam recursos e esforços pela sua realização no continente negro. Paralelamente



a elas, crescia uma tendência liberal na política inglesa, que acreditava ser o livre comércio o principal meio de crescimento e expansão da economia da Inglaterra. Em meio às tendências humanitárias, abolicionistas e liberais, havia ainda o policiamento naval britânico fiscalizando os mares e combatendo o tráfico de escravos.

Neste contexto, emergia no parlamento inglês, em 1839, uma proposta intervencionista para a África. Tratava-se de projeto que sugeria a intervenção direta no continente, fomentando a agricultura e comércio como formas efetivas de liquidar com o tráfico de escravos (evidentemente que somadas ao policiamento costeiro exercido pelos navios do esquadrão africano). Cabe destacar o caráter paradoxal desta medida política inglesa: a defesa do livre comércio seria feita pela intervenção. À medida que a tese liberal ganhava espaço, reduziam-se os discursos humanitários e intervencionistas.

Enquanto o projeto estava em curso, o gabinete do primeiro ministro liberal, Melbourne, caiu, ficando a cargo de um ministro assessorado por conservadores, sobretudo da divisão de assuntos coloniais, o *Colonial Office*. Apesar das negativas do novo governo no tocante à intervenção efetiva no continente africano, tal intento foi se realizando pela expansão das missões religiosas, proliferação do comércio (sobretudo após a expedição realizada para reconhecimento do rio Níger e interiorização do comércio) e ações militares, como a deposição de chefe local Kosoko, na cidade de Lagos. Este quadro estimulou a criação de um consulado britânico para a África ocidental, na ilha de Fernando Pó, em 1849.



A observação de Alexander Gebara (2010: 71) é que “ao mesmo tempo em que transparece uma falta de interesse no discurso oficial britânico para intervir ativamente na região, é perceptível uma política prática que caminhava para a intervenção cada vez maior”.

A pluralidade de forças e agentes envolvidos na gestão inglesa do comércio africano (diferentes setores do governo, grupos políticos com plataformas distintas no parlamento, a opinião pública, os comerciantes ingleses na costa africana e os agentes oficiais britânicos, como governadores e cônsules) abria várias brechas no discurso oficial. As dificuldades de comunicação com os enviados à África também reduziam o controle do governo inglês sobre esses agentes, aos quais se permitiam “liberdades de ação”.

Para compreender as ações de Burton na África, o autor realiza uma contextualização das regiões visitadas pelo cônsul inglês. Destaca três espaços fundamentais: o delta do rio Níger, o reino do Daomé e a cidade de Abeokuta. Esta seção do trabalho do autor é muito interessante, pois ele se dedica a analisar, ainda que brevemente e a partir de fontes bibliográficas, aspectos históricos e sociais africanos, compreendendo suas dinâmicas próprias pelas perspectivas internas e externas.

Tratando da região do delta do Níger, Gebara argumenta que as primeiras populações a fixarem-se na região o fizeram aproximadamente durante o século XII. Após estabelecerem-se, esses povos desenvolveram uma organização política baseada em vilas autônomas, nas quais as sociedades eram estruturadas por meio de linhagens familiares. Estes modelos políticos e sociais atendiam às demandas do comércio interno de longa distância, uma vez que as sociedades da região organizaram-se no período anterior à chegada europeia na costa africana.



2. COMÉRCIO COSTEIRO

Com o **desenvolvimento do comércio costeiro**, sobretudo a partir do século XVI, as transformações internas também se acentuaram. Neste contexto, a dinamismo econômico estava organizado em torno das cidades interioranas, que funcionavam como intermediárias entre o sertão e o litoral, fornecendo os produtos a serem comercializados pelas vilas costeiras, sobretudo o contingente escravo voltado para o mercado atlântico. Esse cenário passaria a sofrer transformações com o aumento do comércio do óleo de palma e a política mais agressiva da marinha inglesa, que buscava inibir o tráfico de escravos.

O estabelecimento de comerciantes e empreendimentos permanentes no litoral africano e o desenvolvimento da navegação fluvial, com os incentivos ingleses para comercialização direta com o interior, modificaram o padrão vigente de forças econômicas na região. As principais prejudicadas eram as vilas costeiras, que perderiam seu papel de negociadoras dos produtos vindos do interior e, portanto, tornar-se-iam periféricas no tráfico. Por isso, esforçaram-se tanto quanto puderam para resistir e inibir a subida inglesa pelos rios da África Ocidental, destacadamente o Níger.

Sobre o reino do Daomé, Alexsander Gebara informa que seu surgimento é dado pela historiografia como localizado no século XVII. Antes de expandir-se sobre a região adjacente à cidade de Abomé, capital do reino, sua principal atividade econômica era a agricultura familiar. Após a expansão, a economia do reino voltou-se para o Atlântico, inserindo-se no tráfico escravagista e tornando-se um Estado forte, alcançando saída para o mar no século XVIII e instituindo estrutura centralizada de poder. Ainda neste período, o alargamento do território criou a necessidade de estruturas administrativas mais complexas, por meio da criação de cargos que ajudassem a governar o território expandido.



No contexto político regional, o Império Oyo exercia hegemonia e inibia o desenvolvimento do Daomé, levando as elites daomeanas a limitarem sua participação no tráfico de escravos, evitando conflitos com Oyo. Contudo, a derrocada deste Estado, no século XIX, permitiu que Daomé exercesse hegemonia na região, muito embora o surgimento da cidade de Abeokuta, no mesmo período, pudesse ameaçar esta posição.

As posturas políticas adotadas buscavam uma maior aproximação com a Inglaterra, reduzindo o tráfico negreiro, os sacrifícios humanos e estimulando a agricultura, sobretudo de óleo de palma.

Gebara argumenta que:

Apesar de as políticas de Gezo [governante do Daomé no período] terem sido elaboradas para acalmar os ânimos dos ingleses, e colocar-se ao lado de um importante parceiro comercial, em especial no caso do óleo de palma, também pode-se vislumbrar estratégias de Daomé para manutenção da soberania e do poder regional (GEBARA: 2010, 96).

No tocante a Abeokuta, o autor informa que esta cidade surgiu a partir da fragmentação e derrocada do Império de Oyo. Seu surgimento, datado de aproximadamente 1830, está ligado ao contexto de guerras no oeste africano decorrentes de jihads desenvolvidas por populações Fulani, responsáveis pela queda de Oyo. Fugindo das guerras, povos Egba deslocaram-se rumo ao litoral e, aproximadamente a 100 quilômetros da costa, alojaram-se numa região relativamente segura, onde fundaram Abeokuta.

Formada num contexto de guerras endêmicas, a cidade manteve em sua formação forte estrutura militar, o que lhe conferiu caráter expansionista, mesmo após o término das ameaças às suas fronteiras. Além de receber fugitivos de vá-



rias partes, com o objetivo de reforçar o poder da cidade, Abeokuta não tardou a receber populações de origem Egba, que viviam em Serra Leoa, provenientes dos deslocamentos causados pela guerra ou de navios negreiros resgatados pela marinha britânica, cujos homens haviam sido devolvidos à costa, desembarcados em Freetown, na Serra Leoa.

Junto a essa população, deslocaram-se missionários ingleses, interessados em realizar conversões na cidade que se formava e fortalecia. A presença missionária inglesa foi, a princípio, bem vista, uma vez que significava a possibilidade de estreitamento de laços comerciais com a Inglaterra e o alcance de hegemonia regional pelo comércio. De fato, este contato foi importante para a cidade, visto que com os missionários, o governo inglês apoiou o esforço de Abeokuta em atingir o mar e incentivou a cidade em sua tentativa de tornar-se hegemônica na região loruba.

Contudo, oposições entre diferentes facções políticas escravistas e antiescravistas, o envolvimento da cidade em guerras com outras vilas, como Ibadan, e o fortalecimento da intervenção inglesa na região, com a conquista e estabelecimento de uma colônia inglesa na cidade de Lagos fragilizaram as relações de Abeokuta com agentes do governo inglês. Esses acontecimentos levaram à redução da presença missionária na cidade e à fragilização da relação com a Inglaterra.

De modo bastante geral, esse é o quadro político do oeste africano discutido por Gebara para inserir a perspectiva de Burton na inserção inglesa na região. O cônsul acreditava que seu trabalho seria mais o de realizar intervenções efetivas nestes estados, buscando favorecer os interesses britânicos, do que operar apenas como mediador comercial. Contrário à ideologia do livre comércio, Burton acreditava que “o cônsul deveria impor as condições inglesas de comércio frente a chefes e comunidades nativas, por meio da demonstração da força” (GEBARA: 2010, 108).

Além de buscar enquadrar as comunidades costeiras na lógica do comércio inglês, o cônsul acreditava que a Inglaterra teria muito mais a ganhar no comércio com a África se estabelecesse comércios diretamente com o interior, sobretudo pelo rio Níger, o principal da região. Contudo, sua crença não encontrava respaldo no governo britânico, sobretudo no Foreign Office. Apesar de a política inglesa ser oficialmente de não intervenção, antibeligerante, Gebara destaca que não se pode afirmar que a prática coadune com a teoria. Embora Burton ressinta a atitude (para ele) passiva da Inglaterra, podemos notar que os ingleses tinham atuação cada vez mais intervencionista, seja militarizando grupos locais, atacando cidades (como Lagos) ou pela expansão dos missionários.

Apesar das limitações formais impostas pelo discurso oficial inglês, Richard Burton encontrava-se numa posição de relativa autonomia. Gebara informa que a demora no fluxo de informações entre os consulados ingleses e o governo; a condição de “cargos políticos” referente ao papel de cônsul; o direito à complementação aos rendimentos consulares pelo comércio, literatura ou jornalismo; e a possibilidade de influência na opinião pública por meio de trabalhos literários garantiam grande autonomia na ação dos cônsules. “O resultado dessa conjunção de fatores era, em muitos casos, a possibilidade de implantação de uma política pessoal do cônsul” (GEBARA: 2010, 117).

Os principais usos dessa “liberdade” feitos por Burton dizem respeito a viagens à costa e expedições que buscavam desbravar o continente, gerando informações sobre a geografia e as sociedades africanas. Ademais, ele fez intenso uso da escrita como instrumento formador de opinião pública, apto a influenciar as decisões tomadas pelo parlamento e governo ingleses.



3. ATUAÇÃO DE BURTON NO CONSULADO AFRICANO

Alexsander Gebara segue seu livro discutindo o lugar ocupado pelo autor na sociedade e no campo intelectual inglês para, no último capítulo, fazer uma análise efetiva acerca da atuação de Burton no consulado africano, entre 1861-1865. Nós, entretanto, ficamos neste capítulo (na esperança de ter despertado a curiosidade dos estudantes para o restante do livro). Ao longo da leitura, buscamos destacar a multiplicidade de vozes inglesas, a produzir discursos oficiais e práticas locais destoantes, e o papel da ideologia do livre comércio paradoxalmente suportado pela intervenção direta.

As concepções de Burton acerca da agência inglesa na África ocidental foram formadas a partir de suas vivências e expedições, no contato com reinos e cidades-estados e pautava-se, sobretudo, na defesa dos interesses ingleses. Diante desse quadro, as articulações, alianças e rupturas entre Inglaterra e estados locais foram muito dinâmicas. Como exemplo, o apoio prestado a Abeokuta num momento converteu-se em hostilidade no seguinte, sempre mediado pela unidade ou divergência de interesses entre os partícipes do comércio atlântico. Ademais, os estados africanos tiveram suas agências e interesses, a serem dirigidos num cenário múltiplo, formado por vários concorrentes e aliados, que mudavam de lado a todo o momento.

Além de lidar com as dinâmicas externas, estes estados precisavam compatibilizar os interesses internos de suas elites. Facções formavam-se, contrárias ou favoráveis ao tráfico, à presença de missionários ou às negociações com a Inglaterra.



Nessa colcha de retalhos, formada por enorme diversidade de agentes políticos, interesses locais e alianças, é que os ingleses se inseriram. A princípio inspirados por ideais humanitários e civilizacionais, passaram a desejar o livre comércio, em meados do século XIX e, ao final, o argumento vencedor fora aquele defendido por Burton durante sua atuação: a interiorização dos negócios e interferência direta, pela força e pelo direcionamento da produção, para atender às demandas inglesas.

Tratava-se, portanto, dos tempos áureos do imperialismo, que discutiremos no próximo capítulo.

4. Leitura Complementar

Texto 01:

Burton traduziu 'Kama Sutra' e explorou a África

Paulo Cabral

Sir Richard Francis Burton veio ao Brasil como cônsul da Grã-Bretanha na cidade de Santos (SP) e viajou o país em busca de riquezas que pudessem ser aproveitadas pelo Velho Mundo.

“Em vista de tantas riquezas para as classes desgraçadas da Europa, que pode dizer que não há nada para os pobres e vis, salvo miséria e desespero”, escreveu Burton a respeito do rio São Francisco.

“A vinda de Burton ao Brasil não foi uma circunstância fortuita, atendia um interesse claro do Império Britânico”, opina o historiador da Universidade Federal de São João Del Rey e especialista em Richard Burton, Paulo Roberto Varejão.

“Burton veio aqui para estudar a experiência portuguesa de colonização nos trópicos, que ele já havia conhecido e admirado em partes da Índia.”



Referências

Para Varejão, isso explica as diversas referências à cultura indiana que o britânico faz no livro *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico (Explorations of the Highlands of Brazil)*.

A obra foi o resultado dos quatro meses de viagem de Burton pelos rios das Velhas – de Sabará até Pirapora – e São Francisco.

“Aqui a cana-de-açúcar e o abacaxi crescem naturalmente. O gado e outros animais de fazenda abundam e não haveria dificuldades em aclimatar o camelo. E a região tem um potencial de riquezas minerais que vai muito além do ouro, do ferro e dos diamantes que aqui já são explorados”, escreveu Burton a respeito do vale do Velho Chico.

Além de explorador renomado, Burton também era um reconhecido linguista e falava 25 idiomas.

Ele chegou a liderar uma expedição em busca da nascente do Nilo, mas ataques de tribos hostis africanas e um ferimento com lança na mandíbula o obrigaram a desistir, uma aventura relatada no filme *As Montanhas da Lua*.

Burton traduziu para o inglês obras de idiomas e culturas tão diferentes quanto o indiano *Kama Sutra*, o árabe *As Mil e Uma Noites* e o português *Os Lusíadas*.

Também bastante interessado em religião, Burton nasceu de família cristã, mas adulto se converteu ao islamismo e morreu como um devoto muçulmano em 1880, aos 59 anos de idade.

Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>, acesso em 01 de junho de 2013.

5. Questões para reflexão

1. Explique qual o paradoxo entre as políticas inglesas para a África, destacando o papel atribuído ao livre comércio e à interferência nos estados africanos.
2. Caracterize a formação das cidades e estados africanos tratados por Gêbara e aponte suas transformações, no contexto do tráfico atlântico de escravos.
3. Qual o papel desempenhado por missionários na expansão inglesa pelo oeste africano?
4. Burton defendia a interferência inglesa pela força sobre os estados africanos. A partir da leitura do texto de referência, explique como o autor chegou a essa conclusão e em que se baseavam suas teorias.
5. A partir da leitura do texto de referência, deste capítulo e do artigo de Paulo Cabral, aponte os usos e sentidos aplicados à escrita desenvolvida por Burton. Quais seus interesses ao descrever as riquezas encontradas no vale do rio São Francisco, no Brasil, ou ao se aventurar pelo rio Níger, na África, e elaborar memoriais de suas experiências?

O imperialismo, a “partilha” da África e a perspectiva africana

Texto de referência:

HERNANDEZ, Leila Leite. *O processo de “roedura” do continente e a conferência de Berlim. O “novo imperialismo” e a perspectiva africana da partilha*. In: _____. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro. 2005.

Neste capítulo, analisaremos alguns aspectos da presença europeia no continente africano. O destaque ficará por conta do processo de “roedura” da África desenvolvido pela Europa, a partilha do continente entre as potências europeias e a perspectiva africana, engajada na resistência e na defesa de seus interesses.

Trabalharemos com dois capítulos do livro *A África na sala de aula*, produzido pela professora de História da África da Universidade de São Paulo (USP), Leila Leite Hernandez. Graduada em Ciências Sociais e doutora em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a autora interessa-se, sobretudo, pela história política e a formação do Estado nacional em Cabo Verde. Contudo, no volume que analisaremos, ela se propõe a construir uma narrativa crítica acerca da história contemporânea africana de maneira ampla, desde a “invenção” da África pelo imaginário ocidental às emancipações políticas e a busca pela independência, de fato, das nações africanas.

1. Interesses da Europa na África

No primeiro capítulo analisado, *O processo de ‘roedura’ do continente e a Conferência de Berlim*, Hernandez dedica-se a compreender a presença e interesses europeus pela África através dos tempos. O início do “processo de roedura” é datado pela autora, aproximadamente, em 1430. Essa data refere-se à presença portuguesa no litoral atlântico e às primeiras ocupações de ilhas como Madeira e Canárias. Lembramos que Leila Hernandez registra a data 1415 como marco inicial destacado pela historiografia portuguesa no tocante ao “tempo africano”. Essa referência diz respeito à conquista pelos lusos de Ceuta, no norte do Marrocos.

A narrativa se desenvolve apresentando uma história das navegações portuguesas pelo atlântico e suas intercessões com a costa africana, acentuadamente no século XV. Aqui, as principais fontes utilizadas são relatos de viajantes, como Diogo Gomes de Sintra, Cadamosto, Diogo Cão e outros navegantes que se lançaram ao mar em nome da Coroa de Portugal.

No tocante ao século XVI, a autora destaca o estabelecimento de acordos diplomáticos com o reino do Congo e a conversão da Corte congoleza (conforme discutimos no capítulo 5), além de apontar a efetiva organização do tráfico de escravos e o desenvolvimento de organizações comerciais mais profundas entre Europa e África. Já os séculos XVII e XVIII foram palco do exacerbado tráfico atlântico de pessoas, do qual a América Portuguesa era o principal destino de homens e mulheres africanos escravizados para trabalhar nas plantations coloniais.

A abordagem de Hernandez é mais detalhada, demonstrando diferenças e similaridades entre a atuação portuguesa em diferentes pontos da África e sua correlação com a costa brasileira. Esperamos que os estudantes atentem para essas especificidades. Após apontar esses aspectos, a autora se dedica a compreender o papel desempenhado por missionários e exploradores na efetivação da presença e conquista europeia na África.



É preciso destacar que no período anterior ao século XIX, a presença europeia na África restringia-se ao litoral e a curtas entradas no continente. Como discutimos no capítulo anterior, um dos grandes projetos oitocentistas ingleses foram as explorações científicas e a busca pela navegabilidade dos rios, como forma de interiorizar o comércio e a suposta civilização. Neste tocante, Hernandez argumenta que as missões religiosas e os exploradores foram os principais agentes responsáveis por pela interiorização europeia na África.

2. Conferência de Berlin

Baseadas em caráter filantrópico/humanitário, as missões católicas e protestantes objetivavam “civilizar” os povos africanos (ou seja, disseminar valores, religião e modos de vida europeus), combater o tráfico negreiro e criar condições para inserção efetiva da África na economia mundial (fomentando a agricultura e a produção de matérias-primas destinadas às necessidades das indústrias europeias). Conforme ressalta Hernandez:

É importante destacar que a evangelização cristã, fosse católica ou protestante, tinha três pontos comuns. O primeiro era empreender a conversão dos africanos não apenas ao cristianismo, mas ao conjunto de valores próprios da cultura ocidental europeia. O segundo, por sua vez, era ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, crença absolutamente oposta à base do variado repertório cultural africano, fundado na unidade entre vida e religião. Já a terceira referia-se à pregação contrária a uma série de ritos sagrados locais, que minava a influência dos chefes tradicionais africanos (HERNANDEZ: 2005; 54).

Já os exploradores eram movidos pela curiosidade diante do imaginário fantástico ocidental acerca da África e pelas necessidades práticas dos estados europeus, que financiavam expedições rumo ao continente negro, sobretudo com o fito de abrir grandes eixos de acesso ao interior, estimulando expedições científicas e explorando rios e desenvolvendo sua navegabilidade. Essas viagens foram financiadas por diversos estados europeus, interessados em criar ou expandir seus domínios, bem como na participação do comércio com a África. Esforços alemães, ingleses e portugueses são destacados pela autora.

No caso de Portugal, é interessante destacar seu interesse na efetivação do “Mapa Cor de Rosa”. Tratava-se de projeto luso de unir suas possessões africanas, Angola e Moçambique num único espaço, formando um corredor austral entre os oceanos Atlântico e Índico. No esforço de efetivação do projeto, nunca alcançado, Portugal enviou expedições ao interior desses territórios, buscando conhecer as possibilidades efetivas de ocupação e integração entre os espaços.

Diante desse quadro de ocupação e projetos nacionais europeus para a África, a autora analisa as razões e impactos da **Conferência de Berlim**. Ocorrida entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, a conferência organizou-se sobre quatro pilares principais, defendidos por Hernandez:

- 1) os interesses do rei Leopoldo II da Bélgica em fundar um império ultramarino revestido em missão filantrópica e seu incentivo a estudos de geografia para exploração africana;
- 2) a corrida portuguesa pela efetivação do Mapa Cor de Rosa;
- 3) o expansionismo da política francesa na África, e
- 4) os interesses, sobretudo ingleses, pela livre navegação nas bacias dos principais rios, como o Níger e Zaire.

Esses pontos de convergência dos interesses europeus na África são somados à presença europeia efetiva no continente e à emergência de uma política de con-



tratos com os chefes locais. Acordos políticos, referentes à proteção de estados africanos diante de outros estados europeus, e econômicos, firmando monopólios e minando a soberania da África, foram realizados entre Estados europeus e africanos. Desse processo nasceram conflitos de interesses entre as nações europeias, que necessitavam de negociações diplomáticas capazes de arbitrá-los. Surgia a Conferência de Berlim.

Dividida em sete capítulos, a Ata Geral da **Conferência de Berlim** apresentava um conjunto de determinações aplicáveis aos estados europeus no tocante aos negócios com a África. Conforme afirma Hernandez,

Os principais objetivos eram assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os principais rios africanos que deságuam no Atlântico, quais sejam o Níger e o Congo. Visavam também regulamentar as novas ocupações de territórios africanos, em particular da costa ocidental do continente (HERNANDEZ: 2005; 62).

Após a conferência, iniciou-se uma corrida ao continente africano, classificada pela autora como “gesto inequívoco de violência geográfica”. Assim, o mapa da África foi recortado em espaços de exploração cuja gestão foi, aos poucos, sendo ratificada por meio de acordos bilaterais entre estados europeus pela definição das fronteiras africanas. Formadas em estado de violência e submissão colonial, essas fronteiras foram mantidas e quase nunca colocadas em discussão pelos estados africanos emancipados, na segunda metade do século XX. A nacionalidade formou-se, na maioria dos casos, pela oposição colonial dentro dos limites coloniais, justificando a não contemplação das racionalidades culturais africanas na manutenção das “linhas retas”.

Ainda assim, Hernandez lembra que:

É preciso sublinhar que a “questão étnica” apontada como causa de praticamente todas as “guerras internas” na África é fruto da manipulação política, em grande parte das vezes, segundo interesses econômicos e políticos de alguns setores das elites africanas associadas às empresas europeias e norte-americanas. São clássicos os casos recentes dos sérios conflitos em Serra Leoa, na Libéria, em Angola, em Ruanda, na República Democrática do Congo e no Sudão, para mencionar apenas alguns (HERNANDEZ: 2005; 69).

3. Interpretações do imperialismo

Conflitos civis contemporâneos precisam ser analisados à luz da história do imperialismo europeu na África e dos arranjos das burguesias nacionais atreladas ao capital internacional. Apontar esse processo, entretanto, não é tão simples, como a princípio pode parecer, sobretudo, por um motivo: o que se entende por imperialismo?

Iniciando a discussão do terceiro capítulo de seu livro (o segundo abordado neste texto), intitulado O “novo imperialismo” e a perspectiva africana da partilha, a autora desenvolve um discussão conceitual acerca dos significados de imperialismo. Depois de apontar o surgimento do termo na Inglaterra vitoriana aplicado aos estados autônomos que compunham o império britânico, Hernandez chama a atenção para a integração da dimensão econômica em seu significado, no decorrer dos anos 1880 e 1890, em função das conquistas coloniais.

Animado por uma grande variedade de premissas ideológicas, o termo imperialismo é analisado pela autora por meio de quatro grupos de teorias: as de **inspiração marxista**; as **social-democráticas**, a da **interpretação liberal** e aquelas a partir da **Teoria da razão de Estado**. Apesar de suas diferentes orientações teóricas e ideológicas, as quatro “têm em comum o fato de se referirem a uma expansão por parte dos estados caracterizada por forte assimetria e violenta dominação que se manifesta de formas diversas”.



As **teorias de inspiração marxista** - cujos expoentes apresentados são Lênin, Rosa Luxemburgo, Paul Zweezy, Baran, Gunder Frank e Samir Amin - estabeleciam conexões específicas entre o imperialismo do século XIX e início do XX e a gênese do capitalismo em geral ou uma etapa específica. Suas considerações apontavam as raízes econômicas do imperialismo e o estabelecimento de relações econômicas de dominação entre os países.

As **teorias social-democráticas** asseveravam a caracterização econômica e política do imperialismo, mas não viam nexos orgânicos entre este e o capitalismo. Isso significa que sua superação não exigiria uma revolução, demandando apenas um rearranjo das forças econômicas e sociais em regimes democráticos eficazes, capazes de fomentar o aumento do consumo dos trabalhadores e, assim, assegurar o crescimento econômico regular e a absorção da produção.

A **interpretação liberal**, cujo principal expoente é J. A. Schumpeter, prega que o imperialismo “é resultado de condições econômicas, sociais, políticas, culturais e psicológicas próprias do pré-capitalismo e, portanto, fora do domínio do desenvolvimento capitalista” (HERNANDEZ: 2005; 75). Nesta concepção teórica, as atitudes agressivas e irracionais imperialista resultaram em práticas de violência que poderiam ser superadas pela emergência do capitalismo, cuja natureza pacífica racional, defendida por Schumpeter, seria capaz de fomentar a instauração de estados democráticos.

O quarto grupo, por fim, apresenta uma concepção do imperialismo a partir da **Teoria da Razão de Estado**. Hernandez afirma que:

Sua tese fundamental é que o imperialismo deriva, em última análise, de uma estrutura anárquica das relações internacionais, fundada no exercício da força, estabelecendo uma relação desigual de poder entre os Estados que possibilita o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos, criando as condições necessárias para a exploração econômica de uns sobre os outros (HERNANDEZ: 2005; 76).

De acordo com esta concepção, a superação do imperialismo demandaria a eliminação do estado de anarquia internacional, conseguido por meio de uma “Constituição Federal Mundial”, capaz de arbitrar os conflitos externos mundiais, independentemente das nações.

Essas quatro teorias buscavam conceitualizar a experiência histórica de expansão territorial vivida pelos países europeus, num período de forte aquecimento de economias, em busca de matérias-primas para suas indústrias e mercados para seus produtos. A dinâmica do capital deveria ser somada à concepção de aparatos ideológicos que justificassem o imperialismo dentro dos países europeus, diante da opinião pública.

Para tanto, lançou-se mão de recursos como as exposições mundiais: grandes feiras, nas quais se expunham bens, animais, artefatos culturais e pessoas de diferentes partes do mundo. O intuito dessas organizações era fomentar a identificação popular com o império e sua admiração, subsidiando a justificação e a legitimidade à “ação civilizadora europeia na África”.

4. As versões africanas



Contudo, é preciso destacar a perspectiva africana neste processo. As elites culturais africanas concebiam o imperialismo como dominação econômica e expansionismo territorial europeu, acrescentando uma crítica ao etnocentrismo europeu e ao racismo, além de apontar a resistência africana a esse processo. Ocupados em construir suas próprias representações e concepções acerca do imperialismo, os africanos dedicaram-se a elaborar teorias que não se deixavam levar pelas formulações ocidentais.

Por isso, apresentaram críticas contundentes às justificativas europeias de base psicológica que expressavam o imperialismo: o darwinismo social, o cristianismo evangélico e o atavismo social.

A primeira teoria, o **darwinismo**, alicerçava-se sobre o trabalho de Charles Darwin acerca da evolução das espécies e aplicava-a ao plano social. Assim, o imperialismo era visto como produto natural da dominação da “raça superior”, branca europeia, sobre a “raça inferior”, a negra africana. A crítica africana apre-



sentava as relações entre as questões políticas e o etnocentrismo europeu, expresso na autoconcepção de sua superioridade e no esforço de disseminação de seus valores pelo mundo.

O **cristianismo** evangélico era apontado como recurso etnocêntrico que, revestindo-se do ideal “missionário” e “humanitário”, objetivava “regenerar” as populações africanas e conduzi-las ao modo de vida europeu. Os discursos da civilização e cristianização da África são completamente avessos à realidade africana, numa franca valorização do modo de vida e cultura europeia, em detrimento daqueles africanos.

Já a **teoria do atavismo natural** prega que o desejo “natural” que um indivíduo sente em dominar o outro pelo simples prazer da dominação era estendido à escala de um povo, resultando em representação do egoísmo nacional pré-capitalista, a ser superado pelo capitalismo. A própria abordagem a-histórica do conceito inviabilizava seu emprego na concepção histórica do imperialismo e das transformações a ele vinculadas.

Deixando de lado as teorias psicológicas que justificavam o imperialismo, passou-se a problematizar as teorias diplomáticas europeias, dividindo-as em três grupos: teoria do prestígio nacional, teoria do equilíbrio de forças e teoria da estratégia global.

A **teoria do prestígio nacional** diz respeito à compreensão do fenômeno imperialista como estratégia de compensação dos estados europeus, diante de perdas territoriais na Europa ou como forma de manter o prestígio nacional através de expansão no ultramar. Apesar de desconsiderar particularidades próprias a cada Estado, seu argumento tinha validade em casos específicos, como nas possessões espanholas e alemãs na África, que não tinham importância econômica.

A **teoria do equilíbrio de forças** pregava que, no âmbito internacional, as relações entre os países eram caracterizadas pelo domínio dos mais fortes sobre os mais fracos, por meio da força. Buscando uma gestão pacífica dos conflitos, os países europeus teriam adotado a corrida em busca de territórios na África como recurso para expandir seu poderio, justificando, assim, o próprio imperialismo.

Hernandez argumenta que essas duas teorias desconsideravam a dimensão histórica da “roedura” da África, iniciada no século XV, focando apenas no século XIX. Por outro lado, negavam completamente o protagonismo africano, destacando apenas os personagens europeus no processo, atribuindo à África o papel de apêndice da história da civilização ocidental.

A **teoria da estratégia global** destacava que o imperialismo decorreu da resposta europeia aos protonacionalismos africanos, que ameaçavam os interesses globais dos países europeus. A autora argumenta que esta tese era historicamente equivocada, uma vez que desconsiderava a exploração do continente africano desde o século XV; não percebia a Conferência de Berlim como resposta aos interesses conflitantes dos europeus, e não compreendia a resistência africana a partir da partilha da África pela Europa.

Já a interpretação africana destacava os componentes internos e externos ao continente, no tocante à expansão europeia pela África. Esta interpretação



Reafirma como fundamental a ênfase dada à esfera econômica; nega que a partilha e a conquista tenham sido inevitáveis para a África; enfatiza quem a partilha é o marco no processo de “roedura” do continente; e ressalta as especificidades do processo histórico registrando o papel desestabilizador dos entrepostos comerciais, dos estabelecimentos missionários, da instalação e colônias e protetorados e da ocupação de zonas estratégicas (HERNANDEZ: 2005; 84).



5. Formas de resistência

As principais formas de resistência africana destacadas foram o confronto, a aliança e a aceitação e submissão. **Alianças e aceitação** decorriam das assinaturas de tratados com nações europeias, nos quais os africanos buscavam 1) vantagens políticas nas relações com seus vizinhos por meio de relações com europeus, 2) consolidar sua soberania doméstica diante de seus súditos, e 3) obter salvaguarda de sua soberania, ameaçada por outras nações europeias.

Já o **confronto** apresentou-se ora pela diplomacia, ora pela luta armada e visava à defesa dos interesses africanos, espoliados pelos tratados e interesses comerciais europeus. Embora a luta armada tenha sido uma estratégia de resistência amplamente utilizada, seus resultados não eram os mais animadores para os africanos, vista a superioridade bélica europeia, expressa nas palavras de fechamento do capítulo, do poeta inglês Hilaire Belloc: “aconteça o que acontecer, nós temos a metralhadora, e eles não”.

Neste capítulo, buscamos analisar alguns aspectos da política imperialista europeia na África, no século XIX, concebendo este processo historicamente, pela longa duração. Destacamos o papel desempenhado por missionários e exploradores, além dos objetivos e meios de ação dos europeus após a Conferência de Berlim.

Por outro lado, acompanhamos a revisão conceitual do termo imperialismo desenvolvida por Leila Hernandez, apontamos as críticas africanas às definições europeias e à própria natureza conceitual defendida por africanos, ao pregar os componentes internos e externos da África na ocupação territorial europeia. Esperamos que os estudantes sejam capazes de problematizar o conceito imperialismo e compreendê-lo como um fenômeno que articulou europeus e africanos, mediado por interesses e resistências entre os diversos povos da grande África.

6. Leitura Complementar

Texto 01:

Chineses em Angola: um novo imperialismo?

Glória Sousa

As parcerias econômicas entre Angola e China representam uma nova forma de colonialismo. Esta é a ideia defendida pelo ativista Rafael Marques, num artigo publicado no jornal “World Affairs”.

O analista angolano e ativista dos direitos humanos Rafael Marques, classificou as relações entre a China e Angola de “novo imperialismo”. Em entrevista à Deutsche Welle, ele disse que não existe uma integração e nem uma cooperação entre Angola e China para benefício mútuo.

Os chineses recebem muito petróleo de Angola e os angolanos quase nada para a economia e o desenvolvimento do país. Trata-se de uma situação desfavorável à maioria dos angolanos.

Onde tudo começou

Segundo o analista, a relação entre a China e Angola sustenta o regime do Presidente José Eduardo dos Santos. Foi por meio das obras chinesas que o presidente, em 2008, nas eleições prometeu a construção de um milhão de casas, estradas, reabilitação das infraestruturas do país, explica Marques.

O ativista complementou dizendo que muitas dessas infraestruturas feitas por chineses já se encontram em estado avançado de degradação, estradas precisam ser refeitas e novos contratos precisam ser atribuídos para reparar as “obras feitas de forma descartável”, como o povo gosta de dizer, relembra Marques.



Hospital às moscas

Entre as obras descartáveis, Marques destacou o Hospital Geral de Angola, em Luanda. Passados apenas quatro anos da inauguração, o centro de saúde teve de ser evacuado por causa das fissuras que se abriram no edifício, ameaçando implodir.

A alternativa encontrada foi um hospital de campanha. O ativista angolano lamenta o fato de o país precisar desta infraestrutura agora, sendo que em 27 anos de guerra civil Angola nunca teve um hospital em tendas.

Estradas levadas pelas chuvas

Com relação às estradas, Marques disse que o asfalto de muitas estradas construídas por empresas chinesas desaparecem com as primeiras chuvas.

Segundo o ativista, o governo está a excluir os angolanos: “porque se os angolanos participassem desse processo de reconstrução, certamente veriam como as estradas e os hospitais estão sendo mal feitos, e teriam maior capacidade de intervenção e crítica.” O fato dos angolanos não terem acesso a empregos e condições básicas de vida, só lhes resta reivindicar comida e se darem por contentes, finaliza Marques.

A grande bandeira do governo angolano tem sido a reconstrução de Angola, mesmo que esta tenha sido entregue aos chineses. Estima-se que haja 100 mil chineses trabalhando, em Angola, no ramo da construção, imobiliário e do comércio.

Fonte: <http://www.dw.de>. Acesso em 02 de junho de 2013.

7. Questões para reflexão

1. O imperialismo oitocentista é melhor compreendido se analisado por meio da longa duração ou partindo exclusivamente da Conferência de Berlim? Por quê?
2. Qual o papel desempenhado por missionários e exploradores na conquista europeia da África?
3. Aponte os principais objetivos da Conferência de Berlim e os motivos de sua organização.
4. Quais os diferentes significados apresentados para o conceito imperialismo?
5. Quais as críticas africanas aos conceitos europeus de imperialismo?
6. Apresente uma definição africana para imperialismo, destacando suas diferenças e continuidades com as propostas conceituais anteriores.
7. A partir da leitura do texto complementar, é possível afirmar a existência de um novo imperialismo em Angola? Justifique sua resposta com definições que a corroborem e analise as particularidades das relações estabelecidas no presente, em relação ao imperialismo oitocentista.

Considerações Finais

O objetivo fundamental deste curso foi oferecer aos estudantes uma abordagem introdutória aos estudos africanos a partir da vertente atlântica. Nas páginas anteriores, analisamos os papéis desempenhados por elites, povos, homens religiosos e comerciantes africanos no contexto do tráfico atlântico de objetos e pessoas, bem como a contribuição da participação europeia neste processo.

O comércio, as trocas culturais e os intercâmbios sociais africanos, por meio de rotas e caminhos interioranos, foram vistos como componentes do cenário marítimo, uma vez que a emergência dos navios portugueses, seguidos de demais nações europeias, deslocou o eixo comercial e político da África atlântica, atraindo mercados e mercadores, bem como criando condições para fragilização e declínio de estados e sociedades nos sertões.

Ao abordar as dinâmicas religiosas - islâmica, católica ou das tradições africanas -, buscamos compreender os sistemas de crenças como mecanismos sociais propulsores de ação política engajada em transformação da realidade social. Trata-se de pensar a fé como subsídio articulador de crenças e também de práticas, capaz de aglutinar povos e construir solidariedades. Um exemplo disso pôde ser notado na África Ocidental, quando povos do sertão acionaram o islamismo como estratégia de resistência à escravização atlântica, que espoliava rotas de comércio e transferia pessoas e riquezas locais para outras partes do mundo, em detrimento dos estados interioranos, tradicionalmente operantes no comércio e na gestão destes mesmos bens.

É preciso alertar, porém, que o curso não pretendeu oferecer visões maniqueístas e simplistas diante da ação europeia no continente africano ou dos estados saarianos diante das populações do Sahel e da floresta tropical. Em todos os casos, os agentes locais e estrangeiros (fossem europeus ou de outras regiões da África) estavam interessados na gestão de seus próprios interesses e nas possibilidades de ganho econômico e político que emergiam em contextos diferenciados. Contudo, as situações de maior igualdade de condições tecnológicas vivenciadas entre os séculos XVI e XVIII transformaram-se a partir de meados do XVIII e, durante todo o século XIX, claramente favoreceram a ação e domínio europeus, assentados no uso da força, sobre a África. Todos esses temas foram abordados de forma detalhada nos capítulos precedentes.

Neste momento, gostaríamos de destacar o caráter introdutório deste estudo. É imprescindível o desenvolvimento de outras leituras e pesquisas que possibilitem o aprofundamento do conhecimento dos estudantes acerca dos temas desenhados aqui. Para estimular novas incursões, a seguir, oferecemos uma lista de filmes, livros e ensaios sociais que abordam problemas históricos (passados e contemporâneos) vivenciados pelas populações africanas. Além disso, duas revistas acadêmicas disponíveis on-line foram listadas, com o intuito de oferecer formas de acesso fácil e livre a materiais de qualidade acerca da história africana.

Esperamos que, ao término dos estudos, os estudantes possam refletir com maior propriedade sobre a história africana, apontando diferentes perspectivas teóricas e analíticas e complexificando suas análises, em detrimento de simplificações originárias da ignorância e do desinteresse.

Desejamos ainda que as dúvidas que surgiram ao longo das exposições sirvam de motores para novas jornadas de leituras, críticas, análises de fontes e bibliografia, contribuindo para a formação social e humanística dos estudantes e, diretamente, para a melhoria expressiva de suas atuações como professores conscientes, críticos e engajados no desenvolvimento intelectual de seus alunos.

A África tem muito a nos ensinar. Cabe a nós a disposição em buscá-la e compreendê-la em seus próprios eixos, desejos e ações.

Sugestões para aprofundamento

Nesta seção, trazemos indicações gerais de filmes e livros que podem auxiliar na concepção e problematização das histórias e sociedades africanas. Não nos ateremos ao recorte cronológico e espacial prescrito pela ementa do curso, uma vez que entendemos que este espaço serve justamente ao alargamento das questões discutidas, abordando outros espaços e cronologias, fomentando a curiosidade e a formação geral dos estudantes.

Filmes

Ceddo

Direção de Ousmane Sembène, 1977.

- Crônica dramática sobre as disputas políticas e religiosas em uma aldeia africana, em um contexto no qual convivem mercadores de escravos europeus, uma elite recém-convertida ao Islamismo e parte da população local resistente à conversão (os Ceddo). A situação é agravada com o sequestro da filha do chefe, a princesa Dior.

Fonte: cine-africa.blospot.com.br. Acesso em 02 de junho de 2013.

Keita! O legado do griot

Direção de Dany Kouyaté, 1996.

- O velho griot Djeliba deixa sua aldeia do interior e se instala na residência da família Keita para realizar uma missão: a iniciação do menino Mabo nas tradições familiares, cuja origem remonta a Sundjata Keita – o fundador do Império do Mali. Mas as diferenças entre a memória preservada pela oralidade e a história ensinada a Mabo na escola geram um clima de tensão entre o valor da tradição e as exigências da sociedade africana moderna. O foco da tensão será a divergência entre o conhecimento histórico ensinado na escola e a memória histórica preservada pelos tradicionalistas.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.

O herói

Direção de Zezé Gamboa, 2003.

- “O Herói” é uma coprodução entre Angola, França e Portugal, e é o primeiro filme de ficção do realizador. O filme conta a história de Vitório, um soldado de 35 anos que regressa a Luanda mutilado pela explosão de uma mina. O protagonista é interpretado pelo ator senegalês Oumar Makena Diop. Em torno dele, desenvolvem-se as histórias de mais três personagens - entre elas, as atrizes brasileiras Maria Ceíça e Neuza Borges. Elas debatem-se com a herança do conflito, entre a corrupção política, o papel social da mulher e as diferenças entre classes. Maria Bárbara procura os filhos que desapareceram na guerra; Manu busca pistas do seu pai, também desaparecido, e Joana insiste em acreditar numa Angola mais justa. Zezé Gamboa realizou anteriormente os documentários Dissidência (1999), Desassossego de Pessoa (2001) e Mopiopio, Sopro de Angola (1991).

Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika>. Acesso em 02 de junho de 2013.

Hotel Ruanda

Direção de Terry George, 2004.

- Em 1994, um conflito político em Ruanda levou à morte de quase um milhão de pessoas em apenas 100 dias. Sem apoio dos demais países, os ruandenses tiveram que buscar saídas em seu próprio cotidiano para sobreviver. Uma



delas foi oferecida por Paul Rusesabagina (Don Cheadle), que era gerente do hotel Milles Collines, localizado na capital do país. Contando apenas com sua coragem, Paul abrigou no hotel mais de 1.200 pessoas durante o conflito.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.

O jardineiro fiel

Direção de Fernando Meirelles, 2005.

- Uma ativista (Rachel Weisz) é encontrada assassinada em uma área remota do Quênia. O principal suspeito do crime é seu sócio, um médico que se encontra atualmente foragido. Perturbado pelas infidelidades da esposa, Justin Quayle (Ralph Fiennes) decide partir para descobrir o que realmente aconteceu com sua esposa, iniciando uma viagem que o levará por três continentes.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.

Diamante de sangue

Direção de Edward Zwick, 2007.

- Serra Leoa, final da década de 1990. O país está em plena guerra civil, com conflitos constantes entre o governo e a Força Unida Revolucionária (FUR). Quando uma tropa da FUR invade uma aldeia da etnia Mende, o pescador Solomon Vandy (Djimon Hounsou) é separado de sua família, que consegue fugir. Solomon é levado a um campo de mineração de diamantes, onde é obrigado a trabalhar. Lá ele encontra um diamante cor-de-rosa, que tem cerca de 100 quilates. Solomon consegue escondê-lo em um pedaço de pano e o enterra, mas é descoberto por um integrante da FUR. Neste exato momento, ocorre um ataque do governo, que faz com que Solomon e vários outros sejam presos. Ao chegar à cadeia, lá está Danny Archer (Leonardo DiCaprio), um ex-mercenário nascido no Zimbábue, que se dedica a contrabandear diamantes para a Libéria, de onde são vendidos a grandes corporações. Danny ouve um integrante da FUR acusar Solomon de ter escondido o diamante e se interessa pela história. Ao deixar a prisão, Danny faz com que Solomon também saia, propondo-lhe um trato: que ele mostre onde o diamante está escondido, em troca de ajuda para que possa encontrar sua família. Solomon não acredita em Danny, mas, sem saída, aceita o acordo.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.

Terra Sonâmbula

Direção de Teresa Prata, 2007.

- Terra Sonâmbula é um road movie moçambicano. Duas histórias separadas pela guerra e unidas por um diário. Entre a Guerra Civil e as histórias de um diário perdido, o menino Muidinga e o velho Tuahir são os heróis deste filme. Eles movem-se entre refugiados em estado de delírio. Para não enlouquecerem, têm-se um ao outro. A estrada por onde caminham, como sonâmbulos, é mágica: entende os seus desejos e move-os de um lugar a outro, não os deixando morrer enquanto eles não alcançarem o tão sonhado mar.

Fonte: cine-africa.blogspot.com.br. Acesso em 02 de junho de 2013.

Vênus negra

Direção de Abdellatif Kechiche, 2009.

- Paris, 1817. Diante do corpo de Saartjie Baartman (Yahima Torres), o anatomista Georges Cuvier (François Marthouret) dizia que jamais tinha visto uma cabeça humana tão parecida com a dos macacos. Uma plateia composta por cientistas aplaude a constatação. Sete anos antes, Saartjie deixava a África do Sul como escrava de Hendrick Caesar (Andre Jacobs), sendo obrigada a se exhibir em feiras de aberrações de Londres.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.



A flor do deserto

Direção de Sherry Hornmann, 2009.

- Waris Dirie (Soraya Omar-Scego/Liya Kebede) nasceu em uma família de criadores nômades de gado, na Somália. Aos 13 anos, para fugir de um casamento arranjado, ela atravessou o deserto por dias até chegar em Mogadishu, capital do país. Seus parentes a enviaram para Londres, onde trabalhou como empregada na embaixada da Somália. Ela passa toda a adolescência sem ser alfabetizada. Quando vê a chance de retornar ao país, ela descobre que é ilegal na Somália e não tem mais para onde ir. Com a ajuda de Marylin (Sally Hawkins), uma descontraída vendedora, Waris consegue um abrigo. Ela passa a trabalhar em um restaurante fast-food, onde é descoberta pelo famoso fotógrafo Terry Donaldson (Timothy Spall). Por meio da ambiciosa Lucinda (Juliet Stevenson), sua agente, Waris torna-se modelo. Só que, apesar da vida de sucesso, ela ainda sofre com as lembranças de um segredo de infância.

Fonte: www.adorocinema.com. Acesso em 02 de junho de 2013.

A feiticeira da guerra

Direção de Kim Nguyen, 2012.

- Depois de ter sua vila queimada por rebeldes e seus pais assassinados numa guerra civil na África, a menina Komona é levada para a floresta para lutar como uma criança-soldado. Seu brutal comandante não só a treina para o uso de armas, mas também a força a ter relações com ele. Procurando por abrigo no meio do horror, ela se apega a um garoto albino, um pouco mais velho, que ela chama de "Mágico". Depois de escaparem juntos, Komona deve retornar à sua vila natal para enterrar os pais. Apesar de todos os horrores que encontra pelo caminho, Komona ainda tem esperança.

Fonte: <http://filmow.com>. Acesso em 02 de junho de 2013.

Literatura e ensaio social

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia da Letras. 2009.

AGUALUSA, Eduardo. *A Feira dos Assombrados*. Lisboa: Edições Vega. 1992.

CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: L&PM. 2009

CRAVEIRINHA, José. *Obra poética*. Lisboa: Caminho. 1999.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

NETO, Agostinho. *Sagrada esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1976.

ONDJAKI. *Bom dia camaradas*. Lisboa: Caminho. 2003.

PEPETELA. *A Geração da Utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEPETELA. *As aventuras de Ngunga*. São Paulo: Ática. 1981.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Rio de Janeiro: Gryphus. 2005.

VIEIRA, José Luandino. *A cidade e a infância: estórias*. Lisboa: Edições 70. 1977.

Revistas on-line

Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais

Afro-Ásia é, desde 1965, a revista semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil). Dedicada à divulgação de estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil e alhures. A revista preenche destacado espaço na vida cultural brasileira, pois é um dos poucos periódicos nacionais inteiramente dedicados a temas afro-brasileiros e africanos, em um país e estado (Bahia) conhecidos pela pujança de



sua cultura e história de origem africana. Os trabalhos publicados em Afro-Ásia têm promovido a reflexão e o debate acadêmico sobre temas, como a história da escravidão, relações raciais e os complexos processos de construção identitária, e têm também produzido referências significativas para uma ação sociopolítica progressista, orientada para o combate às desigualdades étnico-raciais em nossa sociedade.

Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/>

Sankofa – Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana

O NEACP – *Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política* – é formado por pesquisadores, mestrandos e doutorandos do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Iniciou suas atividades em 2006, a partir da experiência de estudos em grupo sob orientação do professor Wilson do Nascimento Barbosa. Tal experiência foi ampliada com a participação de pesquisadores de outras áreas das Ciências Humanas. Entre suas atividades o NEACP publica a *Revista SANKOFA* de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, que espera ser um elemento pedagógico na formação de pesquisadores, professores e alunos, e contribuir com a divulgação de pesquisas acadêmicas sobre a temática.

Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/>



Referências Bibliográficas

BARBOSA, Muryatan Santana. *Eurocentrismo, História e História da África*. In.: Sankofa – Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana. n1. Jun/2008.

BARRY, B. *A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucoiores*. In: OGOT, B. A. (org.). *História Geral da África V – África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO. 2010.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GEBARA, Alexander Lemos de Almeida. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda. 2010.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro. 2005.

KI-ZERBO, Joseph. *Historia da África*. Lisboa, Edições 70.

LEWIS, Ioan. *O islamismo ao sul do Saara*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa. 1986.

LOVEJOY, Paul E. – *A escravidão na África. Uma história e suas transformações*. Tradução: Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.

RIBEIRO, Francisco A. C. *Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, séculos XV-XVII*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco. 2012

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

SWEET, James. *Recriar a África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70. 2007.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.